

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: POLÍTICAS E GESTÃO INSTITUCIONAL

**O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS NO
BRASIL DURANTE O PERÍODO DE 1990 a 2000: ESTUDO DA
PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES DE
SANTA CATARINA – TELESC**

LUIZ RICARDO ESPÍNDOLA

FLORIANÓPOLIS
2002

LUIZ RICARDO ESPÍNDOLA

**O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS NO
BRASIL DURANTE O PERÍODO DE 1990 A 2000: ESTUDO DA
PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES DE
SANTA CATARINA – TELESC**

Dissertação submetida à banca examinadora como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Administração, Curso de Pós-Graduação em Administração, área de concentração: Políticas e Gestão Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina.

ORIENTADOR: Paulo Cesar da Cunha Maya, Dr.

Florianópolis, março de 2002

**O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS NO BRASIL
DURANTE O PERÍODO DE 1990 A 2000: ESTUDO DA PRIVATIZAÇÃO DO
SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES DE SANTA CATARINA**

LUIZ RICARDO ESPÍNDOLA

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Administração (área de concentração em Políticas e Gestão Institucional) e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

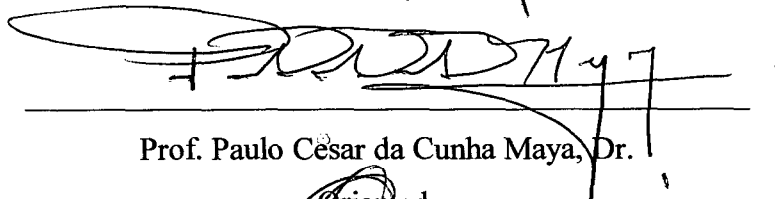
Florianópolis, 01 de março de 2002.



Prof. Nelson Colossi, Dr.

Coordenador

Apresentada à Banca Examinadora, integrada pelos Professores:



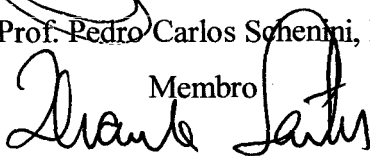
Prof. Paulo César da Cunha Maya, Dr.

Orientador



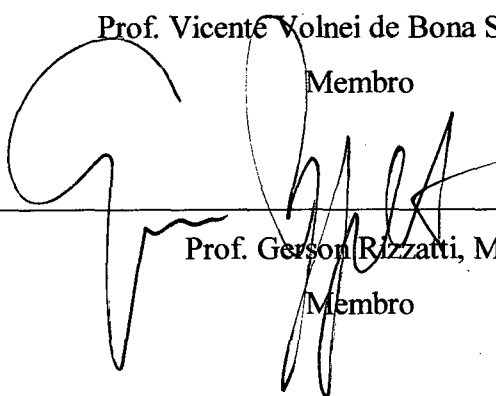
Prof. Pedro Carlos Schenini, Dr.

Membro



Prof. Vicente Volnei de Bona Sartor, Dr.

Membro



Prof. Gerson Rizzatti, Msc.

Membro

É muito melhor arriscar coisas grandiosas, alcançar triunfo e glória, mesmo expondo-se à derrota, do que formar fila com os pobres de espírito que nem gozam muito, porque vivem na penumbra cinzenta que não conhece nem vitória e nem derrota.

Franklin Delano Roosevelt

AGRADECIMENTOS

A Deus, criador do homem e do universo, que incomparável e inconfundível na sua infinita bondade, deu-me coragem para chegar ao término deste trabalho científico.

Ao corpo docente do Departamento de Administração, Curso de Pós-Graduação em Administração (CPGA), Mestrado, pela oportunidade de agregar conhecimento, através de professores experientes e preparados para lecionar, e, em especial, ao meu orientador, professor Doutor Paulo Maya.

Ao professor Paulo Maya e Silvia (sua esposa), como prova do meu reconhecimento, deixo esta mensagem: mestre, sou movido pela sabedoria e guiado pelo conhecimento que recebo, certamente será eterna a lembrança dos sábios que me conduziram.

Ao meu amigo de trabalho Antônio, que nos momentos mais difíceis desta dissertação, esteve sempre transformando com palavras os momentos difíceis em fáceis.

À minha mãe, que além da vida, me deu apoio e sempre esteve ao meu lado incentivando-me e à minha sobrinha, Giulia, uma dádiva, neste momento.

Ao Dr. Vicente Volnei de Bona Sartor, co-orientador deste trabalho que sempre esteve à minha disposição como professor e amigo para que esta dissertação chegasse ao seu término, incentivando e estimulando-me em todos os momentos para que continuasse trilhando os caminhos da ciência e do conhecimento. A você, deixo a seguinte mensagem: o ser humano é o mais complexo, o mais variado e o mais inesperado dentre todos os seres do universo conhecido. Relacionar-se com ele, haver-se com ele, lidar com ele é, por isso, a mais emocionante das aventuras. Em nenhuma outra assumimos tanto risco de nos envolver, de nos deixar seduzir, arrastar, dominar e encantar.

Aos meus colegas do curso de mestrado, dedico a seguinte mensagem para reflexão: a forma democrática de vida funda-se no pressuposto de que ninguém é tão desprovido de inteligência que não tenha contribuição a fazer às instituições e à sociedade a que pertence. Toda vitória humana tem como ponto de partida a força de vontade de cada um, em querer fazer o melhor, pois conforme BACHELARD a ciência não corresponde a um mundo a descrever, ela corresponde a um mundo a construir.

Aos funcionários do CPGA, Graziela, Marciane, Ângela, Silvia que com dedicação e eficiência sempre se colocaram à disposição, não medindo esforços para ajudar ou dar informações relacionada ao curso.

Ao meu ilustre colega de curso Francisco Cunha da Silva. Brilhante aluno, grande tribuno, amigo nas horas mais difíceis, sempre presente, distribuindo palavras de conforto ou sugestão para as dúvidas. A você velho amigo, deixo a seguinte mensagem: as pessoas de alma e intelectualidade elevada podem ser distinguidas em seu relacionamento com as demais, pela nobreza de suas atitudes e pela sabedoria. Cunha, o tempo nos tira a beleza e a juventude, mas nos concede a sabedoria.

Ao Edson (Telê), colega do curso e amigo pessoal, que sempre primou pela nossa amizade.

A todos aqueles que não estão comigo fisicamente, mas que levam a vida em outros planos e que residem eternos em nossa saudade.

A todos que contribuíram, com este trabalho, direta ou indiretamente, os meus sinceros agradecimentos.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	ix
LISTA DE QUADROS.....	x
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	xi
RESUMO.....	xii
ABSTRACT.....	xiv
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO.....	1
1.1 Introdução.....	1
1.2 Especificação e Formulação da Especificação e Formulação da Situação Problema.....	2
1.3 Objetivos.....	6
1.4 Metodologia.....	7
2 O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL:	
UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA.....	8
2.1 Visão ou Pressuposto do Governo sobre a Reforma do Estado.....	8
2.2 Os Antecedentes: as Estatizações.....	10
2.3 Fases do Processo de Privatização no Brasil: Início dos Anos 80 aos Anos 90.....	12
2.4 Privatização e Critério de Venda.....	16
2.5 O Programa Nacional de Desestatização (PND) – Alguns Aspectos.....	19
3 DETERMINANTES DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO NO	
BRASIL: CONSIDERAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS.....	24
3.1 O Novo Papel do Estado na Economia.....	25
3.2 Uma Influência Externa: A Experiência Francesa – Semelhanças com o Processo Brasileiro de Desestatização.....	26
3.3 Privatização, Déficit Público e Saneamento das Finanças do Setor Público.....	27

3.4 Privatização e Dívida Pública.....	29
3.5 Privatização e Retomada do Crescimento Econômico.....	30
3.6 Privatização e Reforma Fiscal.....	32
3.7 Deficiência Econômica das Empresas Estatais.....	34
4 PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	
NO BRASIL: UMA SÍNTESE.....	37
4.1 O Processo da EMBRATEL e da TELEBRÁS.....	38
4.2 O Processo de Privatização do Sistema de Telecomunicações.....	41
4.3 O Resultado Econômico das Vendas da Privatização.....	54
5 A PRIVATIZAÇÃO DA TELESC.....	57
5.1 Debate sobre a Privatização da TELESC.....	57
5.1.1 A Argumentação do Movimento contra as Privatizações.....	58
5.1.2 O Processo de Privatização na Visão da TELESC.....	61
5.2 Resultado da TELESC no Âmbito do Programa Nacional de Desestatização.....	63
6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS	
FUTUROS.....	73
6.1 Conclusões.....	73
6.2 Recomendações para Trabalhos Futuros.....	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Uma visão geral do processo das Telecomunicações.....	53
FIGURA 2 – Controladores, regiões de atuação e subsidiárias.....	65
FIGURA 3 – A aquisição de sócios estrangeiros na TELESC.....	66
FIGURA 4 – Operadoras de telefonia celular.....	67
FIGURA 5 – Relação entre telefonia fixa e empresas - espelho.....	68

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Períodos de criação das empresas estatais por setores.....	11
QUADRO 2 – Os números do Sistema Telebrás até a privatização.....	39
QUADRO 3 – Organização das Telecomunicações.....	42
QUADRO 4 – Áreas de concessão da Banda B.....	43
QUADRO 5 – Os cenários elaborados para a reforma das telecomunicações.....	44
QUADRO 6 – O tipo de regulamentação na escolha do cenário 2B estabelece condições no novo mercado para assegurar um mercado competitivo.....	45
QUADRO 7 – Modelo escolhido para o futuro das Telecomunicações brasileiras 2B.....	47
QUADRO 8 – O novo cenário de competição no novo modelo de Telecomunicações.....	48
QUADRO 9 – O novo modelo das Telecomunicações brasileiras de telefonia fixa.....	49
QUADRO 10 – O novo modelo de telefonia celular.....	50
QUADRO 11 – Os consórcios concorrentes da operadora da telefonia fixa.....	51
QUADRO 12 – Os consórcios concorrentes da operadora da telefonia celular.....	52
QUADRO 13 – O resultado da privatização do Sistema Telebrás.....	55
QUADRO 14 – Conjunto de metas estabelecidas pela ANATEL para a TELESC, no ano de 2000.....	70
QUADRO 14 – Metas apresentadas pela ANATEL para a TELESC até 2001.....	71

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC – Estado do Acre
AÇOMINAS – Empresa Siderúrgica de Minas Gerais
AL – Estado de Alagoas
AM – Estado do Amazonas
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações
AP – Estado do Amapá
BA – Estado da Bahia
BACEN – Banco Central do Brasil
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CDPND – Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização
CE – Estado do Ceará
CEF – Caixa Econômica Federal
CEMIG – Cia de Eletricidade do Estado de Minas Gerais
CETERP – Centrais Telefônicas de Ribeirão Preto (São Paulo)
COBRA – Cia Brasileira de Computadores
COSIPA – Cia Siderúrgica do Pará
CP – Certificado de Privatização
CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CRT/RS – Cia Riograndense de Telecomunicações – Estado do Rio Grande do Sul
CSN – Cia Siderúrgica Nacional
CST – Cia Siderúrgica de Tubarão (Estado do Espírito Santo)
CTB – Cia Telefônica Brasileira
CTBC – Cia Telefônica da Borda do Campo (ABC Paulista)
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CVRD – Cia Vale do Rio Doce
DF – Distrito Federal (Brasília)
EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica
EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações
ES – Estado do Espírito Santo
FITTEL – Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações
FMI – Fundo Monetário Internacional
FND – Fundo Nacional de Desestatização
FNT – Fundo Nacional de Telecomunicações
GO – Estado de Goiás
IGP – Índice Geral de Preços
LIGHT – Empresa de Energia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro (Subsidiária da Estatal Francesa – Électricité de France)
MA – Estado do Maranhão
MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado
MG – Estado de Minas Gerais
MINICOM – Ministério das Comunicações - Brasil
MS – Estado de Mato Grosso do Sul
MT – Estado de Mato Grosso
NFSP's – Necessidade de Financiamento do Setor Público

NFSP's – Necessidade de Financiamento do Setor Público
ONU – Organização das Nações Unidas
PA – Estado do Pará
PASTE – Programa de Recuperação e de Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Serviço Postal
PB – Estado da Paraíba
PE – Estado de Pernambuco
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A. (Cia Brasileira de Petróleo e derivados)
PETROQUISA – Petrobrás Química S.A (Subsidiária da PETROBRAS)
PI – Estado do Piauí
PIB – Produto Interno Bruto
PND – Plano Nacional de Desestatização
PNT – Plano Nacional de Telecomunicações
PR – Estado do Paraná
RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
RJ – Estado do Rio de Janeiro
RN – Estado do Rio Grande do Norte
RR – Estado de Roraima
RS – Estado do Rio Grande do Sul
SC – Estado de Santa Catarina
SE – Estado de Sergipe
SERCONTEL – Cia Telefônica Celular de Londrina (Paraná)
SEST – Secretaria Especial de Controle das Estatais
SINTEL – Sindicato das Telecomunicações
SNT – Sistema Nacional de Telecomunicações
STFC – Serviço Telefônico Fixo Comutado
TELEBRAS – Empresa de Telecomunicações Brasileira
TELESC – Empresa de Telecomunicações do Estado de Santa Catarina
TELESP – Empresa de Telecomunicações do Estado de São Paulo
UIT – União Internacional de Telecomunicações
USIMINAS – Usina Siderúrgica de Minas Gerais S.A.

RESUMO

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito da TELESC – Empresa de Telecomunicações do Estado de Santa Catarina, num período em que a empresa estava prestes a ser privatizada, partindo do micro para o macro universo brasileiro da privatização. Para melhor situar a empresa – e as demais empresas estatais brasileiras – reportamo-nos à situação do país, no período pós-1981, quando foi criada a Comissão Especial de Desestatização. No Brasil, o cenário de uma crise econômica agravada por um processo hiper-inflacionário, foi uma das principais justificativas do poder público para a reforma do Estado que atingiu o apogeu nos anos 90. Diante de tantas pressões internas e externas, políticas e sociais, econômicas e financeiras, o país viu-se diante do desafio da mudança. São propostas de reformas: 1) ajuste fiscal; 2) reformas econômicas direcionadas ao mercado e que garantam a concorrência interna e externa; 3) reforma da previdência social; e 4) reforma do aparelho estatal. Com o objetivo de situar a problemática mostra-se a situação do Estado brasileiro à época e quais os motivos que levaram o país a querer privatiza-las (as empresas estatais). Em 1990, com a criação do Programa Nacional de Desestatização, o objetivo era reduzir a atuação do Estado em atividades que poderiam ser privadas, assim proporcionando novas funções para o mesmo na economia do país, ou seja, reordenar o papel do Estado na economia; contribuir para a redução da dívida pública e saneamento das finanças do setor público; permitir a retomada dos investimentos nas empresas a serem privatizadas; contribuir para a modernização do parque industrial brasileiro; permitir ao Estado concentrar esforços em atividades relacionadas prioritárias. Muitos processos de privatização foram suspensos sob a ação sindical ou das oposições, com as alegações de que eram lesivos às conquistas sociais históricas, desorganizando as relações trabalhistas, outros foram levados a cabo. No entanto, só o tempo dirá a verdade por trás de tantos prós e contras.

Palavras-chave: Estado; privatização; economia brasileira; políticas públicas.

ABSTRACT

This study has been developed inside of the Telecommunications Company of the State of *Santa Catarina* (*Empresa de Telecomunicações do Estado de Santa Catarina – TELESC*), in the period previous to the privatization of the enterprise, departing from the micro to the macro universe of Brazilian privatizations. In order to situate better the company – and other Brazilian state enterprises – we also refer to the general situation of the country after 1981 when the Special Commission for Destatization was created. In Brazil, the scenery of economic crisis was then worsened by a process of hyperinflation, one of the main reasons why the government has promoted a state reform that has reached its peak in the 90's. Facing so many internal and external, political and social, economic and financial pressures, the country had to deal with the challenge of change. So the following measures were proposed: 1) a fiscal adjustment; 2) economic reforms directed towards the market, which can enhance internal and external competitiveness; 3) a reform of the social security system and 4) a reform of the state apparatus. By outlining these issues, the situation of the Brazilian State at this time is shown, revealing the reasons, which lead the country to decide for privatization (of the state enterprises). – In 1990, when the National Program of Destatization was created, the government aimed at reducing the presence of the State in activities which can be privatized, so that it could assume new functions in the economy of the country, in other words, the goal was to reorganize the role of the government in the economy, to contribute to the reduction of public debts and balanced public finances, to allow new investments in enterprises to be privatized, to contribute to the modernization of the Brazilian industrial park; so that the State may concentrate its efforts on prioritized activities. While many processes of privatization have been suspended by the action of labor unions or political opposition, because they were considered prejudicial to historical social achievements, throwing labor relations into disarray, other processes, however, were carried out. Only time is going to show the truth behind so many pros and contras.

Keywords: State, privatization, Brazilian economy, public policies.

CAPÍTULO I

CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO

1.1 Introdução

O Estado brasileiro, historicamente, posicionou-se como agente de desenvolvimento do País, realizando investimentos, gerando e buscando recursos voltados a proporcionar o aumento da industrialização. Atuando no processo de desenvolvimento de várias atividades como siderurgia, petroquímica, portos, transportes, energia, telecomunicações, entre outras, sendo um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento da infra-estrutura nacional. No entanto, esse envolvimento estatal na construção da nação brasileira, sempre foi marcado por crises econômicas e políticas.

O Brasil deparou-se nos anos 80 com uma crise econômica, ocasionada pelo rompimento dos fluxos financeiros externos e pela fragilidade financeira, trazendo reflexos sobre suas ações e atividades. É a partir deste período cíclico, o de crise, que se passa a observar o mau funcionamento da atividade pública, pois as empresas estatais estavam descapitalizadas e com poucas chances de obter fundos do exterior que viabilizassem os investimentos necessários à sustentação do modelo desenvolvimentista, vigente à época.

Sem recursos externos e sem receitas suficientes, o Estado perde sua capacidade de intervenção. Com isso, cresce a necessidade de reforma do Estado, voltada a reduzir a sua

participação na economia e redefinir suas funções. É neste momento que ganha força o discurso pró-privatização, que coincide com a criação, em 1981, da Comissão Especial de Desestatização.

No entanto, o debate brasileiro a respeito do papel do Estado é ambíguo. De um lado, coloca-se a necessidade de contê-lo e restringi-lo; de outro, os mesmos que defendem esta contenção da ação do Estado, afirmam que os males de nossa atualidade são consequência da falta de vontade pública e da incapacidade do Estado em agir eficazmente, jándo a entender que o Estado eficiente que se almeja, não pode ser resultado do mero empenho de redução e contenção, com ação eficaz, dada essa ambigüidade.

A privatização das empresas estatais no Brasil, na década de 90, deve ser observada de perto, visto que estas empresas, além de terem desempenhado um papel decisivo na construção da infra-estrutura econômica, são patrimônio da sociedade brasileira. Neste contexto, em 1990, foi criado o Programa Nacional de Desestatização (PND), com o objetivo de reduzir despesas e proporcionar novas funções ao Estado. Dentro da nova estratégia, busca-se extinguir o monopólio estatal e implantar a abertura do mercado e a competição em setores que tenham a participação estatal. Com este programa, o Estado deixou de ser empresário, produtor, investidor e operador dos serviços para exercer a função de fiscalizador e defensor da sociedade, por intermédio de agências reguladoras, abandonando a idéia de Estado Planificado e interventor, privilegiado na economia.

1.2 Especificação e Formulação da Situação Problema

O Estado teve uma crescente participação na construção da infra-estrutura no Brasil, auxiliando na construção dos setores de energia elétrica, telecomunicações, combustíveis, aviação, navegação, transportes, entre outros. Essa ação foi importante para subsidiar o desenvolvimento da sociedade, em geral, e da estrutura industrial, em particular. As empresas estatais brasileiras desempenharam historicamente um papel decisivo na construção da infra-estrutura econômica, fornecendo bens e serviços a preços subsidiados, necessários à criação e expansão do parque industrial nacional (CORAZZA, 1990). Então por quais razões o governo desejou privatizá-las?

Entre as razões apresentadas pelo Estado estão:

1) a necessidade de reordenar o papel do Estado na economia, permitindo que seus gastos se concentrem em áreas sociais;

2) a contribuição que a privatização dará para a redução da dívida pública e para o saneamento das finanças do setor público;

3) a incapacidade do governo em realizar os investimentos necessários nas empresas e atividades a serem privatizadas (CORAZZA, 1990).

A transferência da propriedade da empresa do setor estatal para o privado passou a ser o objetivo da ação do Estado nos anos 90, visto que se esperava que com a mudança na estrutura das empresas, surgissem novas fontes de financiamento e novas formas de gestão, que levassem ao aumento do grau de eficiência e do nível de competitividade das empresas, bem como tornaria possível reequilibrar as finanças públicas com o resultado da venda das ações estatais.

A respeito de que a privatização contribuiria para a redução da dívida pública, diz WERNECK (1989) que:

no Brasil a privatização tem sido considerada de maneira equivocada, uma solução para reduzir o déficit público do governo, pois a contribuição financeira que trará o programa de privatização é muito limitada.

Quanto à ineficiência do setor público (empresas estatais), expõem RODRIGUES e VIANA (1992) que o setor público não vem operando de forma eficiente e eficaz em setores de sua completa responsabilidade, como por exemplo: saúde, educação e segurança pública, possibilitando o argumento, por parte dos defensores da privatização das empresas estatais, de que esta é uma solução tanto para a inépcia do Estado empresário quanto para a melhoria das condições sociais.

Em relação à situação da escassez de recursos por parte do governo, argumenta WERNECK (1989) que as dificuldades financeiras do setor público no Brasil contribuíram para que a privatização passasse a ser defendida como uma solução para o financiamento do crescimento, pois o endividamento do setor público tem por vezes dificultado o investimento necessário em setores-chave da economia, os quais são de responsabilidade de empresas estatais, e que com a privatização tornar-se-ia possível retomar o crescimento destes setores, pelo possível aporte de investimentos privados.

Sobre o reordenamento do papel do Estado na economia, dizem BIEDERMANN e PERINGER (1994) que o Estado desempenha hoje atividades que poderiam ser desempenhadas pelo setor privado. Nas décadas de 60 e 70 houve um processo de multiplicação de empresas estatais. Elas deixaram de operar somente em setores em que havia

escassez ou desinteresse de capitais privados. Por decisões que podem ser de natureza estratégica, as empresas estatais passaram a operar também em setores em que havia capitais privados capacitados a operar.

Afirma FERREIRA (1987, p.17) que:

Diria que a falta de capitais, ou a falta de excedentes, ou a falta de um espírito empreendedor que fosse capaz de concentrar esses capitais e aplicá-los em tarefas econômicas produtivas, fez com que o Estado assumisse a função de patrão.

Analisando-se as razões apresentadas pelo governo para privatizar empresas estatais, afirmam PACHECO FILHO e WINCKLER (1994, p.140):

Os argumentos governamentais pró-privatizações centraram-se basicamente na necessidade de estancar a hemorragia do tesouro na sustentação das estatais, na redução da dívida pública, na necessidade de modernização e de expansão econômica, na crítica à ineficiência do Estado empresário e na criação de um ambiente favorável ao retorno de investimentos externos.

Apesar de todos estes motivos para se desencadear um processo de privatização no Brasil, WERNECK (1989, p.286) afirma que ainda existem as influências externas.

Deve-se tomar muito cuidado com o que se faz com nossas empresas estatais, visto que muito nos serviram. Como aborda MOREIRA (1990, p.60), “procura-se criar o mito de que tudo (ou quase tudo) de negativo que ocorre no Brasil de hoje é culpa das estatais”. E esta não é a realidade, pois existem hoje empresas estatais, como por exemplo, a PETROBRÁS, que são eficazes, obtendo resultados comparáveis ao de empresas estrangeiras (op. cit.).

O governo alega várias razões para privatizar as empresas estatais no Brasil. Porém, CORAZZA (1990, p. 93) afirma que “se o processo de privatização é inevitável, torna-se necessário que suas verdadeiras razões sejam explicadas”. Hoje, pertence à pauta das discussões de nossos governantes a proposta de privatização de empresas estatais, por isto, torna-se importante estudá-la. As empresas estatais são patrimônios da sociedade brasileira.

Neste trabalho tratar-se-á do processo de privatização no Brasil, a partir do Governo Collor (1990), data esta em que também é criado o Programa Nacional de Desestatização (PND).

O PND, criado em abril de 1990, trata do processo de venda dos ativos do setor público e a privatização através de leilões públicos, foi a forma de desestatização selecionada

pelo governo (PAIVA, 1994, p. 106). Dentre diferentes processos de privatização o setor de telecomunicações, cujo desenvolvimento já apresentava, segundo o governo, nos anos 80, condições insuficientes para realizar investimentos. Alega-se que ao se situar num setor de fortes modificações tecnológicas, este setor requeria investimentos para atender diferentes demandas no mercado.

A privatização constitui, segundo o governo, uma forma de transferir a responsabilidade de realizar novos investimentos no setor e abrir caminho para o acompanhamento do desenvolvimento tecnológico do mesmo. Assim em 1998, foram colocadas, em leilão, as ações do sistema TELEBRÁS, com a privatização da telefonia fixa e a banda B da telefonia celular; no total de 12 empresas (uma de telefonia de longa distância – EMBRATEL, três de telefonia fixa e oito de telefonia celular). Essas 12 companhias foram vendidas e reunidas em três grupos, o valor arrecadado no fim do leilão foi de R\$ 22,057 bilhões, com um ágio de 63,7%.

A divisão da qual faz parte a subsidiária TELESC e mais oito subsidiárias (TELEPAR, CRTM, TELEBRASÍLIA, TELEGOIÁS, TELEACRE, TELEMAT, TELEROM, TELEMS), que foram vendidas ao valor de R\$ 2,07 bilhões, sendo que seus compradores foram a TELECOM-Itália, o Banco Opportunity e os Fundos de Pensão, formando a Tele Centro Sul para a telefonia fixa e a Tele Celular Sul para a telefonia celular.

Entender esse processo torna-se relevante como objetivo de estudo. Para tanto, discute-se, neste trabalho, o processo de privatização das estatais brasileiras, dando ênfase a privatização da TELESC – Telecomunicações de Santa Catarina, procurando responder, também, os seguintes pontos:

- ✓ a) Como aconteceu a privatização da telefonia em Santa Catarina (TELESC);
- ✓ b) Como os agentes envolvidos – empresa – TELESC e sindicatos dos trabalhadores se posicionaram no contexto geral do processo de privatização brasileiro;
- ✓ c) Qual a atuação da TELESC após a privatização, em termos de estrutura e melhoramento dos serviços ofertados.

Para entender esse novo processo de gestão no âmbito do governo federal, esta dissertação tratará das telecomunicações, enfatizando, a privatização do sistema de telefonia em Santa Catarina, TELESC – subsidiária do sistema TELEBRÁS em Santa Catarina. No processo de desestatização, a TELESC foi adquirida juntamente com mais oito empresas que

compõem a *holding*, que forma a Tele Centro Sul para a telefonia fixa e a Tele Celular Sul para o sistema de telefonia celular.

Para o desenvolvimento deste trabalho, esta dissertação estruturou-se da seguinte forma:

- ✓ Capítulo I. Neste capítulo efetivou-se alguns aspectos da problematização, os objetivos e a proposta de condução teórico-empírica.
- ✓ Capítulo II. Neste capítulo faz-se uma avaliação histórica do processo de privatização no Brasil a partir da década de 30, bem como um tratamento analítico acerca do processo de privatização, explicando seu significado, importância, visão governamental e aspectos do processo de privatização no Brasil.
- ✓ Capítulo III. Neste capítulo apresentamos os principais motivos apresentados pelo governo para privatizar as empresas do setor público.
- ✓ Capítulo IV. Já neste capítulo sintetiza-se o processo de privatização das telecomunicações no Brasil, destacando-se as leis, a divisão, a regulamentação, o modelo escolhido e os resultados.
- ✓ Capítulo V. Aqui se demonstram os aspectos referentes ao processo de privatização, apontando a visão dos sindicatos dos trabalhadores da telecomunicação e a visão da empresa – TELESC, bem como ressaltam-se os valores, os novos compradores e os resultados ocorridos pós-privatização da TELESC, baseados em relatórios de diretoria e boletins informativos do Sindicato.
- ✓ Capítulo VI. Neste capítulo apresentam-se as conclusões do trabalho, bem como, algumas recomendações para outros trabalhos sobre privatização.

1.3 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa consiste em descrever e analisar o processo de privatização de empresas estatais brasileiras a partir do Programa Nacional de Desestatização (PND), enfatizando a privatização da TELESC – Telecomunicações de Santa Catarina S/A.

Como objetivos específicos, pretende-se:

- ✓ 1) Analisar os fundamentos básicos governamentais para justificar a privatização no Brasil durante o período de 1990 a 2000;

- ✓ 2) Elaborar uma síntese da privatização nacional no setor de telecomunicações;
- ✓ 3) Apresentar um quadro da privatização das telecomunicações para o sistema de telefonia em Santa Catarina; e
- ✓ 4) Identificar indicadores favoráveis e desfavoráveis do processo de privatização das telecomunicações à luz de fontes bibliográficas consultadas.

1.4 Metodologia

Para desenvolvimento do projeto de pesquisa, a metodologia adotada identifica-se por um estudo teórico-empírico e de natureza exploratória.

Para efetuar o estudo sobre o processo de privatização no Brasil na época, utilizar-se-á como fontes de coleta de dados a literatura em periódicos especializados, na língua portuguesa, além de anuários, e *sites* pertinentes, disponíveis na Internet.

Quanto à privatização da TELESC os dados serão resgatados a partir de artigos, revistas, jornais e relatórios do BNDES – Banco Nacional Desenvolvimento e Social, além dos relatórios da Diretoria da TELESC e do SINTEL – Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações.

CAPÍTULO II

O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL: UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA

Este capítulo tem como objetivo descrever o processo de privatização de âmbito geral, investigando quais as causas que levaram o Estado a redefinir seu papel. Na seção 2.1 descreve-se a visão ou os pressupostos do governo sobre a reforma do Estado. Na seção 2.2 demonstra os antecedentes das estatizações. A seção 2.3 trata da questão da privatização no Brasil durante as décadas de 80 e 90. A seção 2.4 busca-se apresentar a importância da privatização e critérios de venda. Já a seção 2.5 procura-se-á apresentar o que é o Programa Nacional de Desestatização (PND) e alguns aspectos pertinentes.

2.1 Visão ou Pressuposto do Governo sobre a Reforma do Estado

De acordo com o Plano Diretor da Reforma (1995, p.9):

A crise brasileira da última década foi uma crise do Estado, consequência dos modelos de desenvolvimento que governos anteriores adotaram, o Estado desviou suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, o que acarretou, além da gradual deteriorização dos serviços públicos, a que recorre, em particular, a parcela menos favorecida da população, o agravamento da crise fiscal e, por consequência, da inflação. Nesse sentido, a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento econômico e também o desenvolvimento social do país.

No Brasil, a reforma do Estado teve início durante uma grande crise econômica, que chegou ao auge nos anos 90 e com um cenário hiper-inflacionário. A partir de então, a reforma do Estado tornou-se necessária para fazer o ajuste fiscal, a privatização e a abertura de mercado. Neste sentido, o país passou por um grande desafio: a articulação de um novo modelo de desenvolvimento que pudesse beneficiar a sociedade e fortalecer o Estado em sua ação reguladora, na economia de mercado e na prestação de serviços básicos.

Com esta visão, são propostas governamentais as seguintes reformas:

- a) *a consolidação do ajuste fiscal;*
- b) *reformas econômicas direcionadas para o mercado que garantam a concorrência interna e externa;*
- c) *a reforma da previdência social, promovendo melhor qualidade para os serviços sociais;*
- d) *a reforma do aparelho do Estado, visando aumentar sua capacidade de implementar de maneira eficiente nas políticas públicas.*

Conforme CARDOSO (1998), a nova tendência mundial necessita de um Estado mais democrático e com menos envolvimento no setor produtivo, passando a Regulador para controlar os gastos públicos. Essa nova tendência exige mecanismos que tornem transparentes as contas do estado e que sirvam para o controle dos gastos públicos.

BRESSER PEREIRA (1998), ex-ministro do Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE, no governo FHC (Fernando Henrique Cardoso), observa que o Estado, no processo de globalização, será um Estado social-liberal, porque continuará responsável pela proteção dos direitos da sociedade e continuará a promover o desenvolvimento econômico. E também realizará suas tarefas de forma mais competitiva, não oferecendo ao monopólio estatal as verbas destinadas ao social. As empresas produtoras de bens serão privatizadas e as prestadoras de serviços serão objeto de concessão a empresas privadas.

Este conjunto de justificativas é amparado por mudanças nas orientações políticas internacionais que influenciavam decisões políticas internas no país. Já no fim da década de

80 ocorrem mudanças no contexto internacional. Primeiramente, em 1989, o discurso do secretário do tesouro norte americano Nicholas Brad, na conferência patrocinada pelo comitê Bretton Woods e pelo Instituto Brookings, defendeu a idéia de que o caminho para valorização dos créditos e o retorno ao mercado de muitos países devedores deveria ser o da redução de suas dívidas. Este pronunciamento ficaria conhecido como Plano *Brady* (BAER apud ZANATTO 1998).

Esta conferência, realizada na capital americana, recebeu o nome de Consenso de Washington, e modificou o relacionamento e as exigências apresentadas aos países devedores. Exigências estas orientadas pelas políticas do Fundo Monetário Internacional, tendo a aprovação para a liberalização de novos recursos na medida em que os devedores atendessem as exigências do FMI (Fundo Monetário Internacional).

Esse consenso teve como objetivo a redução do tamanho do Estado, a abertura à importação de bens e serviços. A implantação dessas políticas, pelos países credores, sinaliza aos países credores a disposição de se proceder os ajustes considerados necessários para a retomada do crescimento e da capacidade de cumprir os compromissos Externos, resultando na retomada dos investimentos externos nos países em desenvolvimento.

O Estado brasileiro busca nos anos 90 redefinir seu papel, determinando a importância de seu papel de regulamentador das atividades privadas, a fim de evitar os excessos de intervenção, bem como sua retirada do setor produtivo. O processo de redefinição do papel regulador do Estado envolve um esforço direcionado à desregulamentação dos setores nos quais o Estado veio a assumir atividades produtivas que, não lhe são próprias, mas necessárias para promover o desenvolvimento, objetivando que os serviços realizados pela iniciativa privada sejam feitos com maior eficiência.

2.2 Os Antecedentes: as Estatizações

No Brasil, até a década de 30, o Estado respondeu às exigências de desenvolvimento da estrutura econômica cumprindo a função de agente econômico regulador que assegurou em muito a reprodução do setor agro-exportador ao manter a estabilidade de preços dos produtos agrícolas diante das instabilidades do mercado externo.

Durante a primeira metade da década de 30, o Estado não só desempenha sua função reguladora de agente econômico no setor agrícola, mas também em um novo setor, o urbano-industrial.

Observa-se que a partir de meados de 30 e durante a década de 40 o Estado passa a intervir diretamente na economia, produzindo bens e serviços (atividades intensivas de capital) e garantindo a infra-estrutura necessária à acumulação privada (OLIVEIRA, 1991). Líderes nacionalistas e desenvolvimentistas criaram, na época, empresas públicas como siderúrgicas, transportes, petróleo (e mais tarde petroquímica), mineração, eletricidade e telecomunicações (SCHNEIDER 1991, p. 23-24).

A partir da década de 50 o Estado intensifica a sua participação na economia brasileira, seja na criação de infra-estrutura, seja na condição de produtor de bens, em geral, matérias-primas. Particularmente a segunda condição — produtor de bens — pela inexistência de capitais privados disponíveis para tal (DUTRA, 1992, p. 104). Tradicionalmente, a intervenção estatal na economia ocorre via provimento de bens públicos e semi-públicos, regulamentações e sua ação empresarial. Detecta-se na economia brasileira, um avanço progressivo das duas últimas posições, inclusive em detrimento da primeira (DUTRA 1992; p.105). Fato esse que, caracteriza o processo denominado *estatização*.

O *auge* do processo de *estatização* na economia brasileira acontece na década de 70. Durante esse período foram criadas *holdings* em áreas de monopólio estatal, bem como suas empresas coligadas: “Fração significativa das empresas estatais existentes em 1980 foi criada na década de 70” (DUTRA, 1992). Conforme se pode verificar na Quadro 1.

QUADRO 1: Períodos de Criação das Empresas Estatais por Setores

SETORES	1951/1960	1961/1970	1971/1980	1981/1988
Setor Produtivo Estatal	18	43	69	13
Empresa Típica do Governo	1	8	9	2
Setor Financeiro	3	3	2	11
Prev. Assoc. Promoção Social	---	1	3	1
TOTAL	22	55	83	27

Fonte: SEST/1989

Com relação a este processo SCHNEIDER (1991) afirma que no Brasil o número de empresas estatais e seus ramos de atividades expandiram-se de forma agressiva até os anos 70, e que nesta década o número de estatais no país dobrou. Acrescenta ainda SCHNEIDER (1991, p.24) sobre a expansão das empresas estatais no Brasil:

No início dos anos 80, as seis maiores empresas estatais brasileiras concentravam 81% das vendas de todas as empresas, 69% dos gastos, 4/5 do investimento e virtualmente toda a dívida empresarial estatal.

Pode-se verificar que as *estatizações* evoluíram em função da necessidade do Estado preencher espaços, entendidos pelo poder público como essenciais para o desenvolvimento brasileiro, e por fazer face às restrições de riscos, que estes investimentos geravam. A escassez de capital do setor privado para investimentos em setores que o governo considerava vital impulsionaram o Estado nesta direção.

2.3 Fases do Processo de Privatização no Brasil: Início dos Anos 80 aos Anos 90

Para compreender melhor o processo de privatização dos anos 80 é necessário analisar como se encontra a economia em meados dos anos setenta. A economia brasileira, nesse período, chega ao seu ciclo de expansão manifestando a idéia de um universo exagerado de empresas estatais, que requeriam um controle quanto aos seus gastos, ou seja, a implementação da privatização.

Embora a privatização só tenha ganhado destaque no Brasil com o Governo Collor (1990) e Fernando Henrique Cardoso (1994), as suas origens datam 1981, quando se criou a Comissão Especial de Desestatização.

Inicia-se o processo de privatização na década de oitenta, durante o governo Figueiredo (1980-84), onde são fixadas as primeiras normas para a transferência, transformação e desativação de empresas controladas pelo governo federal. A reestruturação do setor público tornou-se uma condição necessária para a retomada do processo de um crescimento sustentável e uma manutenção econômica (PINHEIRO E OLIVEIRA, 1991).

Essa primeira fase do processo, que cobre o período de 1981 a 1984, limitou-se apenas à venda de empresas de pequeno porte. O modelo de privatização utilizado baseou-se na venda de ativos e na transferência de controle acionário através de concorrência pública — abertura de envelopes ou venda direta, ignorando como forma de venda o leilão em bolsa.

Segundo PAIVA (1994, p.104), a respeito do processo de privatização no Brasil nos anos 80:

Assim, a privatização que se iniciou nos anos 80 visava retornar à iniciativa privada, empresas que passaram para as mãos do Estado, em setores tão distintos como hotelaria, têxteis, papel e celulose, processamento de dados, etc.

Durante o governo Figueiredo (1979-1985), verifica-se que o compromisso assumido junto ao setor privado para promover a privatização, pouco foi levado em conta, pois, só foram privatizadas apenas 17 empresas, sendo uma editora, uma fábrica de papel, outra de óleo vegetal e equipamentos de numerosas firmas (SCHNEIDER, 1991).

Essa primeira fase caracterizou-se pela reprivatização de empresas. As empresas vendidas eram absorvidas novamente pelo Estado, na maioria dos casos, em função de dificuldades financeiras. O insucesso do programa de privatização do Governo Figueiredo deu-se por falta do comprometimento político. Não havia ainda, por parte do governo, intenção de implementar um programa de privatização em larga escala. O objetivo da época era de controlar a expansão das empresas estatais e não reformar o Estado.

Sobre o processo de privatização, durante os dois primeiros anos do Governo Sarney, expõe ainda SCHNEIDER (1991, p.27) que:

Quando assumiu a presidência em março de 1985, José Sarney herdou a promessa tancredista de privatização e reforma do setor público. Mas, passados dois anos, ficou claro que Sarney não tinha qualquer programa específico de privatização ou compromissos com essa idéia. A venda mais importante foi a do Hotel Blumenau.

No Governo Sarney, no período entre 1985 e 1989, inicia-se a segunda fase do movimento de privatização brasileiro, o novo programa buscava fixar um ritmo mais dinâmico e de maior ênfase ao processo, passando a englobar a venda de empresas sob controle direto da União com a abertura do capital social (privatização parcial).

Um fator importante, durante a administração de Sarney, foi o papel determinante do BNDES, o qual ficou responsável pela seleção e cadastramento de firmas de consultorias, para encaminhar as negociações de capital e transferência do capital acionário, com a finalidade de garantir transparência nas diferentes fases da transação. Começa aqui a atuação do BNDES, com o agente de privatização, e a presença de firmas de consultorias privadas. A forte presença do BNDES como acionista majoritário das empresas privatizadas é característica do movimento de privatização da década de 80.

Durante o Governo Sarney, o principal fator motivacional para se promover a privatização, adveio de funcionários do escalão intermediário do próprio governo, que estavam preocupados em racionalizar o Estado desenvolvimentista (SCHNEIDER, 1991). O setor privado, embora defendesse publicamente a privatização, não chegou a ser seu maior defensor, pois aquelas empresas que dependiam das estatais, lutaram para impedir seu andamento.

Em 1988, durante o Governo Sarney, foi criado o Programa Federal de Desestatização, no intuito de ampliar o processo de privatização nacional. No entanto os objetivos não foram alcançados principalmente em função da falta de apoio político para tanto.

PAIVA (1994, p.104) assim resume a década de 80:

Assim, no período 1981-1989, foram vendidas 38 empresas na sua maioria de pequeno porte, tendo sido arrecadados recursos somando pouco mais de US\$ 700 milhões.

A terceira fase se inicia, logo após, no Governo Collor, no período entre 1990 a 1992, com uma enorme campanha a favor da privatização, ganhando apoio para promover um conjunto de reformas no setor público. Houve uma liberalização do comércio exterior, uma regulamentação na economia interna, e o governo tornou o país mais atrativo ao capital estrangeiro. É adotado um modelo que permite que investidores com diferentes perspectivas, tanto de curto ou de longo prazo e também aqueles que possuíam uma visão de que os investimentos tinham um caráter estratégico, passem a ver a privatização como uma oportunidade de negócio compatível.

Em 1990, com a criação do Programa Nacional de Desestatização – PND, que é a peça-chave do ajuste fiscal pretendido, a estratégia utilizada é a de revigorar o PND às demais medidas anunciadas pelo Ministério da Economia, associando-se a um programa mais amplo de saneamento financeiro do Estado. Agora, a privatização tornou-se parte integrante das reformas econômicas iniciadas pelo governo.

De acordo com PINHEIRO (1996), o PND liberou a venda das estatais produtivas pertencentes a setores anteriormente estratégicos para o Desenvolvimento do país, o que explica a introdução de empresas siderúrgicas, petroquímicas e de fertilizantes no processo de privatização. Foram usadas para efetuar o ajuste fiscal, nesse período, as chamadas moedas de privatização (títulos representativos da dívida pública federal, na compra das estatais).

A privatização assumiu a característica, segundo PINHEIRO e OLIVEIRA (1992), de um grande encontro de contas, através de um programa de conversão da dívida. Em meio a um quadro político conturbado e diante da insuficiência de políticas econômicas necessárias à agilização das reformas estruturais, o PND firmou-se como mecanismo de redução da dívida pública e como peça fundamental no Redimensionamento da participação do estado no processo de desenvolvimento econômico.

Logo após o afastamento de Collor do governo, assumiu o vice-presidente Itamar Franco, no período entre 1992 a 1994, ocorrendo desaceleração no ritmo das privatizações de empresas, manteve-se somente o cronograma de leilões estabelecido anteriormente à posse do novo governo, do qual constavam 13 empresas dos setores de fertilizantes, petroquímicos e siderúrgicos.

De acordo com o BACEN (1992), com essa mudança do governo, o PND foi redefinido através do Decreto n. 712, de 23.12.92, onde as principais alterações eram a respeito ao uso da moeda corrente, a proteção ao preço mínimo de venda, assim o processo ficou suspenso até dezembro daquele ano. De fato, no intuito de ampliar e democratizar o Programa, foram introduzidas mudanças na legislação para permitir a ampliação do uso do crédito contra o tesouro Nacional como meio de pagamento, a venda de participações minoritárias, detidas direta e indiretamente pelo Estado e a eliminação da discriminação contra investidores estrangeiros, permitindo sua participação em até 100% do capital votante das empresas a serem alienadas.

No período entre 1995 a 1999, do Governo Fernando Henrique Cardoso — quarta fase do processo — dá-se maior prioridade à privatização. O PND é indicado como um dos principais instrumentos de reforma do estado, sendo parte integrante do programa do governo. Neste período, os serviços públicos estão sendo transferidos ao setor privado (inclui os setores de eletricidade e concessões nas áreas de transporte e telecomunicações), o que representa aos objetivos do PND a melhoria do aumento da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade, através do aumento dos investimentos a serem realizados pelos novos controladores.

De acordo com PINHEIRO (1996), na medida em que a privatização se expande para a infra-estrutura, maior destaque é dado para a elevação dos níveis de investimento. Dessa forma, o governo estipulou três diretrizes a serem consideradas, que levarão a uma maior participação do setor privado na infra-estrutura brasileira: Primeiro, leiloar as empresas já listadas para a venda, compreendendo participações minoritárias que restaram de companhias petroquímicas, um banco federal (Meridional), uma companhia de distribuição de energia elétrica e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), incluídas no programa em 1995. Segundo, exercer um aparato regulatório permitindo a privatização dos serviços públicos. No setor de telecomunicações, o governo demonstrou trazer inicialmente investidores privados para o setor, enquanto reestrutura as empresas estatais. Compreende-se também, estender o processo de privatização aos Estados e municípios ao qual o governo federal dá assistência. O terceiro, promulgar uma lei de concessão em fevereiro de 1995, a lei estabelece regras pelas quais o

governo autoriza terceiros a prestarem serviços públicos. A lei requer que regras e regulamentos sejam estipulados para cada setor em que haja concessões (de transportes, energia elétrica, telecomunicações, portos, distribuição de água, saneamento, coleta de lixo, distribuição de gás).

Com essas três diretrizes, o Governo Fernando Henrique Cardoso conclui a transferência à iniciativa privada dos setores petroquímicos (PETROBRÁS) e siderúrgico, inicia a abertura dos setores elétricos com o processo de privatização da ELETROSUL e Furnas, e das telecomunicações com a privatização da banda B da telefonia celular e logo após o Congresso autoriza a privatização de todo o sistema TELEBRÁS.

Conforme PINHEIRO (1996), a privatização brasileira a partir de 1997 recebe uma nova dimensão. Aumentam-se as privatizações de âmbito estadual as quais, em sua maioria, contaram com o apoio do BNDES. Observando-se também a venda de participações minoritárias dos Estados em empresas tais como a CRT — Cia Riograndense de Telecomunicações e a CEMIG — Cia de Eletricidade de Minas Gerais - o resultado até 31.12.97 das privatizações estaduais atinge cerca de US\$ 14,9 bilhões.

Na seção, a seguir, será abordada a privatização e os critérios de venda das estatais

2.4 Privatização e Critérios de Venda

Nos anos 80 o Estado brasileiro passou por uma crise fiscal ocasionada pelo passivo contraído pelo setor público, incapacitando-o de implementar políticas que provocassem o crescimento econômico do país. Havia necessidade premente de se propor programas que substituíssem o "velho estado" burocrático. Pensava-se, então, em reformas.

Segundo ALMEIDA (1996), o programa de privatização situa-se dentro de um quadro reformista, que se mostra como um instrumento para ajudar a reduzir a dívida do setor público. Na medida em que o setor público passa para o privado e começa gerar recursos para o Estado, representa uma forma de alívio para os grandes problemas de desequilíbrios fiscais e endividamentos que enfrentam essas economias. Conforme este autor, ainda, um dos benefícios que a privatização oferece ao Estado é o desprendimento da necessidade de investir nas companhias privatizadas e usar os recursos da privatização para redução do déficit público.

De acordo com MELLO (1992), a privatização deve ser vista como parte integrante das novas estratégias de desenvolvimento que vêm sendo adotadas pelos países subdesenvolvidos, e por requererem maior integração com a economia mundial, exigem

aumentos de produtividade de modo a dar competitividade aos produtos nacionais no mercado internacional.

Nesse sentido, criou-se em 1990 o Programa Nacional de Desestatização – PND, que tem como objetivo:

- a) reformulação do papel do Estado;*
- b) redução da dívida pública;*
- c) retomada de investimentos;*
- d) modernização da indústria;*
- e) fortalecimento do mercado de capitais.*

Desta forma, o PND em um enfoque reformista vincula-se à preocupação do governo em privatizar para contribuir para a redução da dívida pública, reduzindo o espaço das estatais no mercado nacional.

O Programa Nacional de Desestatização – PND está estruturado sob a responsabilidade de três agentes, segundo PINHEIRO e OLIVEIRA (1992):

- 1) comissão diretora do programa (diretamente subordinada ao Presidente da República);*
- 2) órgão gestor – BNDES, cuja função é organizar e administrar as operações de privatizações a serem executadas, subsidiar a Comissão Diretora;*
- 3) equipe de consultores privados e auditores independentes.*

PINHEIRO (1994) afirma que o PND possibilita a utilização de suas receitas para redução da dívida pública. Ao cobrir esses passivos, a privatização pretende reduzir o déficit futuro do setor público. Segundo este autor, privatizar empresas públicas decorre da crescente necessidade da sociedade na obtenção de programas sociais e da importância dada ao Estado anteriormente como sendo delimitador do processo de desenvolvimento. Alega, ainda, em outro fator para se privatizar o setor: a escassez e a má administração das empresas públicas, o que impõe um ritmo de gestar pouco eficiente e com baixo nível de produtividade.

Segundo MELLO (1992), a transferência da propriedade de empresas do setor público para o setor privado implica necessariamente numa modificação das relações entre os administradores da empresa e seus acionistas. Para a empresa essa mudança na estrutura traz novos objetivos e exige um novo sistema de incentivos para os gerentes. Para tanto, as empresas postas à venda, foram submetidas a programas de saneamento prévio, proporcionando aumentar o grau de atratividade podendo ocorrer demissões e uma

reorganização no planejamento das empresas a serem privatizadas, de maneira a torná-las mais atraentes para os capitais estrangeiros.

A avaliação feita pelo setor privado depende da política de preços que vigorará no futuro. Ocorrendo o caso de que o preço de uma empresa estatal esteja baixo, convém a ela promover um realinhamento antes da privatização, valorizando o patrimônio público. Conforme MELLO (1992), a venda a preços inferiores ao valor econômico pode induzir ao risco de fracasso, tal medida é necessária para que se tornem mais visíveis as oportunidades de negócio.

Primeiramente, o preço de cada empresa envolvida é determinado por firmas de consultorias privadas, onde uma faz a avaliação econômica da empresa, a outra, representada por um consórcio de empresas de consultorias e bancos, elabora mais uma avaliação, recomenda um preço mínimo de venda e sugere um projeto de venda. Para cada empresa existe uma modelagem de venda própria, mas todas são avaliadas pelo seu valor econômico.

Há uma pré-identificação dos compradores, principalmente em relação à participação de interessados estrangeiros. Em relação ao caso brasileiro, a forma de pagamento das privatizações que o governo decidiu aceitar tem sido as moedas nacionais atuais e os passivos do setor público.

As principais moedas utilizadas nos programas de privatização são: Certificados de Privatização; Dívidas Securitizadas da União; Debêntures da SIDERBRÁS; Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento; Títulos da Dívida Agrária; Letras Hipotecárias da Caixa Econômica Federal e o Certificado de Privatização-CP.

De acordo com PINHEIRO e GUAMBIAGI (1992:271):

Um dos pontos polêmicos da privatização é o preço de venda das empresas. Parte das críticas recebidas pelo processo refere-se ao fato de que este valor seria inferior ao que o Estado poderia receber, tomando muitas vezes como parâmetro de referência, valor acumulado dos investimentos feitos no passado na empresa que está sendo vendida. O valor econômico de uma empresa depende, porém, dos lucros líquidos futuros que se espera obter com ela, em sempre coincide com o patrimônio investido na empresa no passado.

Muitas vezes o capital investido nas empresas privatizadas supera seu preço de venda. Segundo PINHEIRO e GIAMBIAGI (1992), há dois fatores que comprovam as observações feitas a respeito do preço de venda das empresas estatais:

- a) a venda a preços inferiores ao valor de capitalização dos investimentos feitos no passado na empresa é um fator comum às experiências dos outros países;
- b) ao contrário de experiências internacionais de privatização, onde o preço era fixado pelo governo, no caso brasileiro, o papel do governo é precário, uma vez que se limita a definir um preço mínimo sugerido por empresas de consultorias especializadas, que pode ser ultrapassado, depois, já que o preço final é obtido em leilões e determinado pelo mercado.

Pressionado pelas imposições externas e com uma política econômica de estabilização e alianças políticas favoráveis, o PND ficou revigorado. Vejamos alguns aspectos do PND sob a ótica da privatização das empresas estatais.

2.5 O Programa Nacional de Desestatização (PND) —Alguns Aspectos

Criado em 12 de abril de 1990, com a lei n. 8031, o PND objetivou:

- *Reordenar o papel do Estado na economia;*
- *Contribuir para a redução da dívida pública e saneamento das finanças do setor público;*
- *Permitir a retomada dos investimentos nas empresas a serem privatizadas;*
- *Contribuir para a modernização do parque industrial brasileiro;*
- *Permitir que o Estado concentrasse seus esforços em atividade, considerada prioridade nacional.*

Com esses objetivos, o Programa Nacional de Desestatização surgiu como parte de um conjunto de reformas que objetivavam principalmente diminuir a atuação do Estado na economia nacional e eliminar a ineficiência da gestão estatal e as dificuldades de financiamento do setor público, reduzindo a atuação das empresas estatais (TOURINHO e VIANA, 1993, p. 66).

PAIVA (1994, p.106) contrariando esta visão, expôs que:

Apesar de todos esses objetivos e do discurso oficial focar a modernização e também a competitividade, com o decorrer do processo, ficou claro que o objetivo principal do programa era a redução da dívida pública.

Pela Lei 8031 podem ser privatizadas todas as empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado, e as empresas recém-estatizadas em função de dívidas junto a instituições financeiras públicas.

E na Lei prevê-se, ainda, a formação de uma Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização (CDPND), instituindo o Fundo Nacional de Desestatização (FND). A CDPND é formada por oito membros nomeados pelo Presidente da República, sua finalidade era fazer a indicação das empresas a serem privatizadas ao Presidente da República. Já o FND tem por finalidade servir de organismo depositário das ações das empresas estatais a serem privatizadas.

As empresas escolhidas pela CDPND para serem privatizadas seguiram a escolha de três setores, o siderúrgico, o petroquímico e o de fertilizantes. Segundo PACHECO FILHO e WINCKLER (1994, p.143) esta escolha deu-se:

em razão de ser neles dominante a presença estatal, devido a natureza Industrial de suas empresas e pelo fato de serem consideradas áreas livres de acordo com os preceitos constitucionais.

Foram também incluídas no PND empresas não pertencentes aos três setores, dentre elas destaca-se o *Lloyd* brasileiro (transporte marítimo), a EMBRAER (fábrica de aeronaves), a COBRA (computadores) e algumas empresas da área de serviço público, como a LIGHT, a Excelsa (energia elétrica), a RFFSA (transporte ferroviário), a Companhia Vale do Rio Doce (siderúrgico) e a TELEBRAS e EMBRATEL (telecomunicações).

Segundo PACHECO FILHO e WINCKLER (1994, p.147):

A venda das empresas estatais do setor de fertilizantes não contribuiu para a redução da dívida pública, haja vista que os títulos da mesma não foram resgatados em moedas correntes, trocaram simplesmente de mãos, não se concretizando uma redução efetiva da dívida pública.

O discurso oficial enfocava que, com o programa de privatização, procurava-se uma maior competitividade nos mercados, onde se encontravam as empresas estatais privatizadas, porém o relatório da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito), instalada em 28 de abril de 1993 para investigar a execução do PND, denuncia:

A compra da Fosfértil, da Ultrafértil e da Goiasfértil pelo grupo Fertifós, elimina a competitividade do setor ao transferir o monopólio de fertilizantes da área estatal para um grupo de empresas privadas, sinalizando a formação de um oligopólio no setor (PACHECO FILHO e WINCKLER, 1994, p.147).

Ainda em relação ao setor de fertilizantes, foi constatado por empresas de consultorias internacionais, contratadas pelos interessados na compra de estatais, como FOSFÉRTIL, ULTRAFÉRTIL e PETROFÉRTIL, que essas empresas eram modernas e tecnologicamente atualizadas.

No setor petroquímico a privatização também não contribuiu para a redução da dívida pública, "pois a PETROQUISA, a PETROFÉRTIL e a PETROBRÁS são empresas de economia mista, assim o pagamento realizado com título da dívida pública apenas mudaram de endereço" (PACHECO FILHO e WINCKLER, 1994, p.148).

Os que mais se beneficiaram foram os grupos que adquiriram esses títulos no mercado com deságio superior a 50%. "A PETROQUISA simplesmente cedeu participações acionárias em empreendimentos lucrativos por títulos de baixa ou nula remuneração" (PACHECO FILHO e WINCKLER, 1994, p.145). Como maior exemplo, pode-se citar os certificados de privatização.

No setor siderúrgico, a base de sustentação do Estado desenvolvimentista no passado, TOURINHO e VIANA (1993, p. 67) explicam que "o Estado controlava todas as cinco usinas siderúrgicas integradas à Coque (USIMINAS, CSN, COSIPA, CST e AÇOMINAS) através da SIDERBRÁS, sua *holding* para o setor".

Com relação ao grau de concentração no setor siderúrgico demonstra PAIVA, (1994, p.107) que:

Não houve também qualquer preocupação com a questão do aumento do grau de concentração e com a conseqüente redução da competição na indústria em processo de privatização. Pelo contrário, em geral não foram estabelecidas quaisquer restrições a compra das estatais pelos principais concorrentes, clientes ou fornecedores. Isto permitiu que algumas empresas se valessem das privatizações para aumentar seu poder de mercado e obter lucros maiores com o monopólio.

Foi o que se verificou, por exemplo, no setor siderúrgico, conforme expuseram PINHEIRO e GIAMBIAGI (1993, p.281):

O grupo Gerdau, por exemplo, adquiriu todas as siderúrgicas privatizadas desde 1981, com exceção da COSIM e da USIMINAS, a saber: a CIMENTAL, a USIBA, a COSINOR e a PIRATINI (...). A compra da COSINOR, extinta cerca de um ano após sua privatização, permitiu a Gerdau consolidar um virtual.

A CDPND partindo de avaliações dos consultores contratados para preparar a privatização nos três setores decidiu privatizar o setor siderúrgico, empresa por empresa individualmente, a começar pela Usiminas, esta opção teve como motivação básica criar um fato político importante rompendo com os programas de desestatização dos anos 80, privatizar as empresas do setor petroquímico por pólos e privatizar uma a uma as empresas do setor de fertilizantes.

A intenção da CDPND em criar uma estrutura industrial competitiva e eficiente, não foi suficiente para evitar o aumento do grau de concentração e conseqüente redução da competição nesses três setores da indústria nacional.

A CDPND e o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (gestor do PND), preocuparam-se basicamente com as questões relativas ao estabelecimento do preço mínimo de venda das empresas estatais, bem como, a relação das moedas de privatização aceitas, nos leilões da bolsa, isso visando ao maior abatimento possível da dívida pública federal.

Para se entender o que são e para que servem os Certificados de Privatização (CP's), que são títulos utilizados na compra de ações das estatais, CORAZZA (1990, p. 96) expõe:

Os CP's são um instrumento operacional que permite agilizar o processo de privatização. São emitidos pelo Tesouro Nacional e possuem três características importantes: são nominativos, inegociáveis (exceto com autorização expressa do Ministério da Economia) e sem data de resgate. Eles só podem ser utilizados na compra de ações das empresas estatais.

São as instituições financeiras e entidades de previdência privada, seguradoras e sociedades de capitalizações que possuem a obrigatoriedade de adquirir esses títulos, que só seriam corrigidos integralmente até o primeiro leilão de ações de empresas públicas. A partir deste momento esses certificados deixam de render a título de correção monetária 1% ao mês, acumulado até o 40º mês, após esse período, sua correção passa a ser de apenas 60% da correção monetária mensal. Isto foi determinante para que esses CP's se tornassem uma das principais moedas de privatização nesta primeira fase do PND.

De acordo TOURINHO e VIANA (1993), o governo esperava, principalmente, aumentar o volume de recursos arrecadados em moeda corrente com as privatizações, bem como, canalizar parte destes para a área social (investimentos sociais).

Na procura de estabelecer um maior interesse do capital estrangeiro pelo processo de privatização no Brasil, aumentou-se o percentual de compra de ações com direito a voto das empresas estatais no âmbito do PND, às empresas estrangeiras, de 40% para 100%.

Como exposto, o processo passou por diversos percalços e ajustes. Dependendo da natureza da estatal, rearranjos foram feitos para se ajustar às recomendações externas do Fundo Monetário Internacional e da Lei 8031.

CAPÍTULO III

DETERMINANTES DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS

Neste capítulo pretende-se tecer algumas considerações a respeito dos possíveis determinantes do processo de privatização no Brasil na década de 90. Na seção 3.1, busca-se apresentar o novo papel do Estado na economia; na seção 3.2, demonstra-se a privatização na França, muito semelhante ao modelo de privatização do Brasil, uma viável, mas não admitida, influência externa; a seção 3.3, descreve-se sobre o problema do déficit público e a importância do saneamento das finanças do setor público; já na seção 3.4, comenta-se sobre a privatização, que não caracteriza uma redução da dívida pública do governo. na seção 3.5 trata-se do processo de privatização e a retomada do crescimento econômico; na seção 3.6, descreve-se sobre a privatização e a reforma fiscal e, por último, na seção 3.7, trata-se sobre a eficiência econômica das empresas estatais.

3.1 O Novo Papel do Estado na Economia

A forma adotada pelo Estado, no desenvolvimento da estrutura econômica no Brasil, no período compreendido entre a década de 40 e 70 pode ser considerada bem sucedida no que tange à promoção da industrialização e geração de taxas de crescimento, taxas estas que se mantiveram acima dos 7% anuais, consideradas elevadas se comparadas às taxas de outros países no mundo. Durante estas quatro décadas (1940-1970), a estratégia adotada fez com que o Estado passasse a ser o responsável tanto pelo direcionamento como pela garantia do crescimento. Em 1979, com a criação do SEST (Secretaria Especial de Controle das Estatais) as empresas estatais passaram a ter seus gastos controlados através de orçamentos, o Estado já não possuía recursos para financiar suas necessidades de investimento.

Concomitantemente, a tarifa pública, nova fonte de recursos encontrada pelas empresas estatais para a satisfação das necessidades de investimento, não fora suficiente, isto em decorrência da adoção do controle das tarifas públicas pelo Estado no combate ao processo inflacionário vigente à época. No final deste período as taxas de juros externas explodiram, fato que levou ao início da crise, principalmente pelo elevado processo inflacionário, difícil de ser contornado.

Sobre isto, expõe FIORI (1995, p.352):

Do ponto de vista econômico, o choque dos juros, seguido da estatização da dívida privada externa, multiplicou a dívida pública interna, corroe a estrutura patrimonial e decretou a crise financeira do Estado e de toda a economia, erodindo a capacidade de reprodução do paradigma desenvolvimentista.

A partir da década de 80, observou-se a necessidade de privatizar as empresas estatais e liberar o comércio. Não significa dizer que o Estado deixe de ter um papel importante na promoção do desenvolvimento econômico e social futuro, ele deverá recuperar sua capacidade de formular e implementar políticas econômicas e sociais, ou seja, deve intervir de forma moderada, só que mais eficiente.

Assim, a privatização passaria a ser uma das alternativas para a superação desse conflito de propósitos, no qual encontra-se o Estado Nacional. O que se deve procurar com o processo de privatização é a redefinição do papel do Estado na economia, onde, o Estado deve exercer o papel de disseminador da modernização, bem como do progresso social e não o seu executor.

SCHNEIDER (1992, p.9) alerta, em relação à reforma do Estado, que:

O argumento constante nos debates sobre a reforma do Estado era a preocupação de que o Brasil não perdesse o bonde da história, ou seja, se o 1º. do mundo esta mudando, então o Brasil, caso não mude também, poderá perder sua oportunidade de se integrar.

BRAGA (1995, p.20), afirma que:

Não se estabeleceu neste país, a discussão sobre o papel do Estado, como responsável pelo desenvolvimento. Identificou-se a crise dos anos 70, início dos anos 80, com a presença do Estado. E optou-se, politicamente, pelo recuo do Estado sem discutir o seu papel e a conveniência deste em agir, diretamente, em determinados setores. Eu acho que, em países como o Brasil, a presença do Estado, mesmo como empresário em certos setor é fundamental. É claro que esses setores não são os mesmos dos anos 50.

Conclui-se, portanto, nesta seção, que o Estado bem proporcionado e eficiente que se almeja, não pode ser o resultado do mero empenho de contenção e redução, e está longe de corresponder ao *Estado Mínimo* almejado pelos *liberais*. Aliás, o que vem acontecendo no Brasil com o processo de privatização é o aumento do grau de concentração em setores privatizados, portanto, não ficou muito claro à época e nem hoje o novo papel do Estado na economia brasileira.

3.2 Uma Influência Externa: a Experiência Francesa — Semelhanças com o Processo Brasileiro de Desestatização

Após a segunda guerra mundial, o setor público francês expandiu-se de tal forma que os principais bancos, as empresas de seguros, empresas energéticas e as indústrias foram todos *estatizados*, principalmente, devido a motivos ideológicos, bem como às circunstâncias do pós-guerra. "A economia era mista, mas fortemente estatizada" (BERTHU, 1987, p. 226).

Durante as décadas seguintes, o setor estatal perdeu seu dinamismo, se comparado ao avanço do setor privado, passando a gerar dúvidas quanto à necessidade de sua existência, ou pelo menos de sua atuação.

Segundo BERTHU (1987, p. 238) se o Governo francês tratasse os problemas das empresas, através da privatização, seria possível para o Estado programar uma melhor atuação nas funções tradicionais do Estado. Em 1981, os socialistas assumiram o poder na França. O problema do desemprego foi amenizado com a contratação de 200 mil funcionários, aumentando assim ainda mais as despesas do Estado, ou seja, aumentando o déficit público.

Logo em 1982, implantou-se um programa de *estatização*, passando aí o Estado a controlar 22% da indústria, 100% da produção de energia e se estatizou cerca de 4300 empresas.

A partir de 1983, os franceses mudaram sua forma de pensar quanto ao mito da *empresa pública liberal*. Essa mudança refletiu-se nas urnas, em março de 1986 a ideologia liberal volta ao poder, e rapidamente fez com que as leis de privatização, até hoje existentes, passassem a vigorar.

Os argumentos pró-privatização consistiram em: reduzir o déficit público do governo, em função da redução do apoio que o Estado proporcionava às empresas estatais; permitir o aumento da eficiência econômica do país como um todo; e por último, de natureza política, possibilitar a verdadeira nacionalização da economia.

As leis francesas de privatização possibilitaram, ainda, a criação da Comissão de Privatização, que após consultar várias auditorias, estabeleceu o preço mínimo de venda das empresas privatizadas. Verificam-se, assim, similaridades com o que é praticado ainda hoje no Brasil, para o estabelecimento dos preços mínimos. Observou-se que a necessidade de redução do endividamento do Estado foi o fator predominante na decisão de se deflagrar o processo de privatização na França.

Embora o processo de privatização, na França, possa ser considerado também como um processo de *reprivatização* de empresas privadas, estatizadas no pós-guerra, não se pode negar que este processo, possa ter influenciado o Programa Nacional de Desestatização brasileiro, pois além do êxito do programa francês, verifica-se também certa semelhança de objetivos na privatização dos dois países.

A privatização, no entanto, não é uma atitude exclusiva da França nem do Brasil. Encontram-se processos de privatização no Reino Unido, no Japão, na Austrália, na Nova Zelândia, nos EUA e até mesmo em países africanos. Trata-se de um movimento em franca expansão na maioria dos países que procura se ajustar e corresponder aos ideais de sociedades democrático-constitucionais (BERTHU, op. cit.). Ao lado das questões políticas, há fortes indicações de que a privatização, também seja um procedimento para o saneamento público.

3.3 Privatização, Déficit Público e Saneamento das Finanças do Setor Público

O *déficit* público é expresso pela diferença entre receita e despesas do Estado (indisciplina fiscal). O Estado brasileiro gasta mais do que arrecada. Até a década de 80 o Estado buscava no exterior recursos para cobrir este *déficit*, ou seja, o Estado complementava sua necessidade de recursos através do endividamento externo. A falta de austeridade nos

gastos do Governo levou ao problema do *déficit* público, que nada mais é que uma consequência da falência econômica do Estado brasileiro.

SOLIMEO (1997, p.32) diz:

a partir da falência do Estado e o esgotamento das fontes de financiamento não resta outra alternativa a não ser um completo reordenamento do setor público que passa, necessariamente, pelo seu encolhimento.

Este re-ordenamento do setor público permitirá conter o *déficit* público. O mesmo autor à p.33 reitera que:

O programa de privatização além de eliminar um foco permanente de déficit poderá ainda propiciar uma receita adicional para o Estado que pode ser carreada para o investimento na área social. Esta receita proviria não só da venda das ações das empresas estatais como de tributos, na medida em que a privatização poderá tornar lucrativas empresas atualmente deficitárias.

Entretanto, sobre esta redução do *déficit* público, através da privatização, expõe WERNECK (1999, p.287):

tal como tem ocorrido em outros países, a privatização tem sido erroneamente vista no Brasil como uma maneira de reduzir o déficit do Governo, no montante equivalente ao resultado da venda dos ativos.

Esta visão se deve à medição das Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP's) de forma errada, somando-se as receitas do programa de privatização às receitas correntes do ano.

As NFSP's são calculadas somando-se todas as receitas do Governo e deduzindo-se todas as despesas. "O excesso de despesas sobre o total das receitas é que deve ser financiado pelo setor privado, e por isto mesmo chama-se necessidades de financiamento" (MELLO, 1994, p.447). Para se obter a eliminação do *déficit*, o Governo precisa necessariamente reduzir seus gastos correntes ou aumentar sua receita corrente, ou mesmo ambos.

FARIA (1993, p. 40) explica:

a privatização só pode ajudar na redução do déficit público se poupar o Estado das despesas financeiras decorrentes de suas dívidas ou fechar o acesso de estatais deficitárias ao Tesouro.

Desta forma, percebe-se que o *déficit* corrente do governo não é afetado por variações nas contas de capital do governo.

Deve-se ainda ter a seguinte preocupação: a privatização de empresas estatais tenderá a reduzir as receitas futuras do governo, na medida que reduz o fluxo de dividendos a receber. Se esta receita da privatização propriamente dita não for utilizada para cobertura de gastos correntes do governo, a privatização ao invés de reduzir o *déficit* público, o aumentará no futuro.

MELLO (1994, p.450) resume assim, a contribuição que o processo de privatização dará no sentido de reduzir o *déficit* público do Estado:

a privatização só terá impacto sobre o déficit se ocorrerem perdas ou ganhos patrimoniais por ocasião das vendas, definidas como desvios em relação ao valor econômico.

Cabe lembrar que o valor econômico de uma empresa estatal é determinado pelo valor presente do fluxo de rendas futuras que o ativo desta empresa seria capaz de gerar caso permanecesse nas mãos do Estado.

A argumentação de WERNECK (1999), parece ser mais adequada, que a de MELLO, quando expõe que no Brasil a privatização é vista de maneira equivocada, como um meio de se reduzir o *déficit* público do governo, pois para tal, seria necessário reduzir seus gastos correntes ou aumentar sua receita corrente.

3.4 Privatização e Dívida Pública

No período compreendido entre a década de 40 e o início da década de 80 o Estado buscava no exterior recursos para cobrir seu *déficit público*, o que o levou ao endividamento externo.

Já com relação ao endividamento interno, pode-se dizer que o Estado ao desempenhar seu papel de agente econômico regulador, procurando promover o desenvolvimento da estrutura econômica, utilizou-se também de fundos criados através do BNDES, os quais proporcionaram ao Estado os recursos desejáveis naquele período. (MARCANTONIO, 1989).

Afirma MARCANTONIO (1989, p.67), referindo-se à década de 80:

O Estado ingressou na década fortemente endividado tanto externa quanto internamente. O endividamento externo do Estado teve como principais razões de ser, de uma parte, a implantação e/ou a expansão de segmentos produtivos estratégicos, de outra parte, a utilização das empresas estatais no sentido de que as mesmas tomassem empréstimos no exterior com a finalidade de financiar os déficits em transações correntes do país.

Durante a década de 80, a política econômica aplicada pelo governo visava o controle do nível de atividade na economia, através da manutenção das taxas de juros elevadas, o que levou com que se verificasse um crescimento expressivo da dívida pública.

De acordo com MARCANTONIO (1989), a solução para o problema de endividamento do Estado passa pela redefinição dos encargos da dívida externa, através de negociação com os credores, e pela reforma fiscal.

Apesar de BAUMANN (1994) expor que a privatização servirá para a redução do endividamento público, cita também que lhe parece forte o argumento de que a privatização resolverá a questão da ineficiência do setor público. Afirma ele a este respeito que:

A desmobilização de ativos passou a ser importante do ponto de vista do equilíbrio macroeconômico, porque significa redução de despesas, com a manutenção de empresas deficitárias, e aumento de receitas, com a entrada líquida de recursos para o Tesouro, decorrente da venda de ativos (BAUMANN, 1994, p. 97).

A lei 8031/90 expressa que a receita do programa de privatização deveria ser aplicada na quitação (redução da dívida pública), o que possibilitou aos credores do Estado utilizarem os próprios títulos como forma de pagamento na compra de empresas estatais.

Portanto, pode-se concluir que a necessidade de se reduzir o déficit público, saneando as finanças do setor público, não se caracteriza como único fator determinante do processo de privatização. Ela apresenta uma outra faceta.

3.5 Privatização e Retomada do Crescimento Econômico – Dúvidas

Diante da concepção de que a privatização poderá retomar o crescimento econômico, WERNECK (1999, p. 295) afirma:

Como parte de um esforço mais geral de reforma e modernização do setor público e de aumento do grau de eficiência com que opera a economia brasileira, a privatização poderá contribuir de forma significativa para a retomada do crescimento econômico e social.

As dificuldades financeiras enfrentadas pelo setor público fizeram com que a privatização passasse a ser defendida nos últimos anos como uma solução para o financiamento de crescimento.

O endividamento do setor público impossibilitava o aporte de recursos necessários para investimento em setores-chave da economia que com a privatização tornam-se mais viáveis. WERNECK (1999, p. 297) argumenta que:

Como parte de um esforço mais geral de reforma e modernização do setor público e de aumento do grau de eficiência com que opera a economia brasileira, a privatização poderá contribuir de forma significativa para a retomada do crescimento econômico e social.

Verificando-se a transferência de empresas estatais de produção de bens de capital para o setor privado e ocorrendo este aumento da taxa de crescimento da economia, surge uma questão, terá realmente o setor privado recursos suficientes para satisfazer ao investimento necessário.

WERNECK (1999, p. 298) responde assim a esta questão:

em muitos setores intensivos em capital, tais como eletricidade, telecomunicações e transporte ferroviário, até mesmo os maiores grupos brasileiros enfrentariam sérias dificuldades para sustentar o esforço de investimento requerido.

Como forma de solucionar o problema, o Estado poderia financiar estes investimentos, como já o fez na década de 70, porém com isto o argumento em favor da privatização perderia força perante a sociedade, visto que se o Estado tiver de financiar a expansão destes setores, qual seria o motivo para privatizá-los?

Segundo WERNECK (1999, p. 299):

a capacidade do setor privado de absorver os ativos a serem transferidos, bem como, de manter o investimento requerido nos setores privatizados, certamente dependerá do papel que será concedido aos investimentos estrangeiros.

A possibilidade de conversão dos títulos de dívida externa por ações de empresas estatais privatizáveis, poderia garantir ao setor privado o aporte de recursos necessários para o financiamento das necessidades de investimento desses setores privatizados, bem como possibilitaria, ainda, a redução da dívida externa brasileira.

Esta conversão poderia servir como forma de reduzir a dívida externa, tanto a nível da economia como das empresas estatais, considerando-se que no Brasil, a maior parte da dívida externa de empresas pertence às empresas do setor público.

Por outro lado, deve-se lembrar que em vários setores atualmente dominados por estatais a experiência passada com empresas estrangeiras ficou longe de ter sido um sucesso. Controle de preços irrealistas nos serviços de utilidade pública, com conseqüente perda de qualidade dos serviços e insuficiência de investimentos levaram no passado a um conflito contínuo entre investidores estrangeiros, de um lado, e o governo de outro lado (WERNECK, 1999, p.303).

Portanto, o que garante que este conflito não venha a acontecer novamente, considerando-se que o governo continua a tratar as empresas estatais ainda nos dias de hoje, como as tratava no passado, com os mesmos controles de preços irrealistas.

Constata-se, desta forma, que os investimentos a serem efetuados pelos investidores estrangeiros não dão esta certeza de que o setor privado possa manter o crescimento desses setores privatizados e conseqüentemente permitir a retomada do crescimento econômico.

Assim, para que a privatização amplie a superação dos problemas de financiamento da expansão do setor produtivo estatal e para que a retomada do crescimento econômico aconteça, exige-se paralelamente um amplo ajuste fiscal, que possibilite ao setor público obter uma elevação da poupança interna.

3.6 Privatização e Reforma Fiscal

Para que a economia brasileira retome o crescimento, faz-se necessário um aumento significativo da poupança interna, que só será obtida através de um ajuste fiscal.

Segundo PINHEIRO e GIAMBIAGI (1993, p.282):

Os programas de privatização são muitas vezes apresentados como um elemento fundamental do ajuste fiscal. O argumento neste sentido é duplo. De um lado, a venda dos ativos imobilizados gera uma receita de capital que, durante o processo de privatização pode complementar as receitas correntes e compensar temporariamente o déficit nas contas públicas; de outro pode haver um ganho permanente se o processo levar a uma reestruturação de atividades ou de ativos e passivos do setor público, de forma que, uma vez concluída a privatização, o seu déficit caia ou seu superávit aumente.

Deve-se, portanto, testar a veracidade desta afirmação e identificar qual a contribuição que o programa de privatização pode dar realmente, no sentido de amenizar o ajuste fiscal requerido pela economia brasileira.

Observa-se no Brasil que o ajuste fiscal vêm sendo fortemente retardado por obstáculos de natureza política, pois na realidade, há grande preocupação por parte dos principais políticos da nação, com os cortes que poderão ocorrer nas despesas do governo, comprometendo repasses futuros para Estados e municípios.

Em função da dificuldade em reduzir as despesas do governo e das resistências políticas, verificadas contra o aumento da carga tributária no país, torna-se difícil possibilitar a redução da dívida pública e do déficit público consolidado.

Por isto, acrescenta MELO (1994, p.446):

torna-se cada vez mais claro que o ajuste do desequilíbrio fiscal brasileiro só poderá ser enfrentado com sucesso se forem abertas muitas frentes de combate.

Entre as ações que se fazem necessárias, pode-se citar:

- 1) a renegociação e alongamento do perfil das dívidas interna e externa;
- 2) a renegociação das dívidas dos Estados e municípios, para com o governo federal, o que vem se concretizando atualmente;
- 3) o combate à sonegação: a reforma da previdência social;
- 4) o aumento dos impostos para quem detém riquezas;
- 5) a redução dos gastos e a privatização.

Desta forma, constata-se que para que ocorra com sucesso o ajuste fiscal brasileiro, será imprescindível um amplo entendimento político, em apoio às mudanças que se fizerem necessárias. Não se deve supor, portanto, que o programa de privatização poderá sozinho resolver o problema da reforma fiscal.

Conclui-se então que:

a contribuição que o programa de privatização pode dar para o ajuste fiscal não é grande, pois sozinha ela não poderia de nenhuma maneira substituí-lo, nem amenizá-lo, de forma significativa (MELLO, 1994, p.478).

Enquanto a reforma fiscal não ocorre por envolver interesses consagrados do Estado e de agentes no próprio Estado, apela-se para a eficiência como uma das alternativas.

3.7 Eficiência Econômica das Empresas Estatais

Segundo PINHEIRO e GIAMBIAGI (1993), a ineficiência econômica das empresas estatais encontra seu fim com a privatização, portanto, acreditam ser o problema de eficiência das empresas estatais o fator que determinou o processo de privatização no Brasil na década de 90. Tentar-se-á aqui comprovar ou não este fato.

PINHEIRO e GIAMBIAGI (1993, p.278) expõe:

um dos motivos pelos quais um governo pode optar pela transferência de uma empresa estatal para o setor privado é a possibilidade de aumentar a eficiência em níveis macro e micro econômicos.

Espera-se que a eficiência das empresas estatais aumente sob o controle privado devido a:

- i) maior clareza de objetivos, empresas estatais possuem objetivos muitas vezes não comerciais, mas políticos. Esta duplicidade de objetivos tem impacto negativo sobre a eficiência econômica das empresas estatais; e,*
- ii) a maior disciplina de mercado estatais têm acesso aos recursos do Tesouro, o que permite às estatais sustentar grandes prejuízos sem serem obrigadas a fechar as portas.*

Cabe salientar que as empresas estatais por lei não podem ir à falência, fato este que relaxa a pressão sobre gerentes e funcionários das estatais para obterem lucro e operarem eficientemente.

Por outro lado, outras variáveis além da propriedade do capital influem na performance das empresas, de forma que é difícil concluir sobre a eficiência relativa de empresas estatais e privadas. As estatais da Coreia do Sul e da França, (Renault automóveis, Elf-Aquitaine Petróleo, Pichanei Alumínios), por exemplo, são bastante competitivas em nível internacional.

A Companhia Vale do Rio Doce, quando pertencia ao governo federal, abastecia o mercado japonês de ferro e superava em eficiência as grandes empresas competidoras australianas.

O êxito da PETROBRÁS é definitivo. Em dez anos, quadruplicou a produção de petróleo, formou um dos melhores e mais competentes quadros técnicos e burocráticos, e projetou-se internacionalmente. Apesar disto, o eficiente monopólio brasileiro foi liquidado.

Entretanto, pode-se identificar algumas variações no desempenho relativo de empresas estatais e privadas no Brasil: as estatais têm um número excessivo de empregados.

As empresas estatais apresentam rentabilidade sobre o seu patrimônio inferior ao das empresas privadas, sendo que, em 1999, para as empresas estatais foi equivalente a 3,1%, e de 11,4% para as empresas privadas nacionais e para as multinacionais foi de 18,8%.

A competição é mais importante para explicar a diferença de eficiência entre as empresas estatais e privadas do que a propriedade do capital. Em setores competitivos as empresas privadas são em geral (mas não sempre) mais eficientes que as estatais (VICKERS e YARROW apud PINHEIRO e GIAMBIAGI, 1993, p. 280).

Deve-se salientar que este resultado só é obtido em função de que às margens do século XXI o setor público (empresas estatais) ficou parado à margem dos avanços científicos e tecnológicos, perdendo assim sua competitividade, e levando ao quadro de ineficiência hoje apresentado, bem como, em função da forma de gerenciamento destas empresas estatais, um modelo burocrático de gestão e de sua utilização como *cabides* políticos.

Muitas vezes, confunde-se o cidadão-cliente com o cidadão-eleitor. A politicagem é sem dúvida, entre todos os fatores, o que mais dificulta a excelência dos serviços, pois ela visa apenas tirar o máximo proveito para si ou para seu grupo, com objetivo de garantir o futuro próprio e dos seus e não o da organização (NASCIMENTO, 1994, p. 197).

Para que as organizações brasileiras tornem-se competitivas, tem-se que buscar a excelência, ser exigentes com a qualidade dos bens e serviços. "Hoje, nas estatais, existem a primazia da hierarquia sobre as necessidades e da burocracia sobre as decisões" (NASCIMENTO, 1994, p.197).

Percebe-se assim, que existe uma relação entre eficiência e gestão pública. Não se pode esperar um nível satisfatório de eficiência se não houver um gerenciamento voltado para este objetivo.

Ainda, segundo NASCIMENTO (1994, p.202):

O nosso modelo de Estado atualmente se encontra esgotado, assim como estão esgotados os seus modelos de gestão burocrático-industrial (Fordismo, Taylorismo, etc.). Esses modelos se revelam incapazes de lidar com um mundo em rápida transformação, enquanto os trabalhadores estão desejosos de liberdade e de participar das conquistas da ciência e da técnica.

A solução da ineficiência das empresas estatais brasileiras, passa por um novo modelo de gestão. Esse objetivo deve ser perseguido combatendo as hierarquias e a

burocracia, ou seja, a ineficiência dependerá da modernização técnico-científica, bem como administrativa de nossas empresas estatais e não da mudança de controle, exclusivamente, para o setor privado. Embora essa posição seja a ideal, o governo brasileiro privilegiou a privatização à luz dos discursos políticos, em alguns setores estratégicos, para modernizar a gestão de empresas até então estatizadas. É o que se verá a seguir, com os dilemas próprios da passagem estatizante-privatizante.

CAPÍTULO IV

PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL: UMA SÍNTESE

Este capítulo sintetiza, em âmbito nacional, o processo de privatização das telecomunicações. Para tanto se destaca, na seção 4.1, o processo da Empresa Nacional de Telecomunicações — EMBRATEL e da criação da Empresa de Telecomunicações Brasileiras — TELEBRÁS. Na seção 4.2, discute-se o processo de privatização do Sistema de Telecomunicações, a partir da divisão da *holding* TELEBRÁS. Na seção 4.3, analisa-se o resultado da privatização, destacando o consórcio vencedor e o valor pago para cada empresa privatizada.

4.1 O Processo da EMBRATEL e da TELEBRÁS

De acordo com MACULAN (1991), a ineficiência organizacional do setor de telecomunicações no Brasil tornou-se visível desde os tempos do império e permaneceu assim até 1962, quando foi adotada uma legislação assegurando uma organização centralizada apresentando, também, grandes linhas e diretrizes de um Plano Nacional. A legislação e as grandes linhas e diretrizes do PNT desatou num processo de desenvolvimento acelerado do setor, apoiado por agências governamentais, no período entre 1963 e 1972.

Um dos motivos estruturais do PNT consistiu em agrupar a rede de telecomunicações no Estado e não mais conceder a exploração à iniciativa privada, principalmente a empresas estrangeiras. Tanto a União, os Estados como os municípios tinham o poder de outorgar essas concessões. Essa fatia de gestão centralizada, permitiu a criação e funcionamento de centenas de empresas municipais para exploração dos serviços telefônicos locais.

Em 1962 ocorreu o primeiro passo para a estatização das empresas de telecomunicações, com a intervenção do governo federal na Companhia de Telefonia Brasileira – CTB. Tal intervenção tinha como objetivo conseguir a eficiência e a regularidade dos serviços em ligações interestaduais e com o capital da União.

Nesse mesmo período foi estabelecido o código brasileiro de telecomunicações que segundo PASTORIZA (1996), tinha como princípio criar um Sistema Nacional de Telecomunicações (SNT) – que permitia unificar e compartilhar a rede em todo o território nacional.

Em 1965 foi criada a Empresa Brasileira de Telecomunicações – EMBRATEL, que passou a ser responsável pela implantação dos troncos e pela exploração dos serviços de longa distância, tanto interestaduais como internacionais. O financiamento destas atividades da Embratel era feito pelo Fundo Nacional de Telecomunicações (FNT), gerado por uma sobretarifa de 30% sobre todos os serviços de telecomunicações prestados no país.

Na Constituição de 1967, foi dada à União a centralização do poder. Desde então, o governo federal passou a reter o domínio de exploração dos serviços de telecomunicações no país, podendo exercê-lo mediante concessão a empresas públicas ou privadas, onde serviços públicos seriam aqueles prestados, através de redes públicas de comunicação de dados e de redes públicas de telefonia ou telex, para usuário não individualizado. Os serviços privados, por sua vez, seriam aqueles prestados através da locação de meios do Sistema Nacional de

Telecomunicações (canal de voz ou linhas privadas), para uso próprio do interessado, assinante individualizado ou locatário de meio.

Uma outra reorganização institucional, indústria de telecomunicações, ocorreu em 1972. Com a criação das Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS, iniciou-se o processo de aquisição do controle das quase mil companhias telefônicas existentes na época, tendo essas operadoras sido organizadas sob a forma de operadoras estaduais que permanecem até hoje. A constituição da Telebrás como uma empresa *holding* era a maneira eficiente de centralizar a gestão de recursos financeiros (incluindo o FNT) e de aumentar o poder do Ministério das Comunicações – MINICOM sobre as operadoras (o que facilitava a unificação da rede, MOREIRA (1989).

A formação da TELEBRÁS teve o objetivo de planejar a expansão dos serviços de telecomunicações e de coordenar a gestão das empresas concessionárias, nas quais a União detinha uma participação financeira e acionária, de modo a poder implantar um sistema de telecomunicações integrado em todo o território nacional, sem precisar estatizar essas empresas para estabelecer o monopólio estatal sobre os serviços.

A *holding* TELEBRÁS foi se formando através do movimento de agrupamentos das concessionárias municipais em torno das empresas mais representativas e importantes de cada Estado e pela não renovação dos contratos de concessão. O sistema TELEBRÁS, além da *holding*, englobava a operadora de longa distância – EMBRATEL, 27 operadoras locais (estaduais denominadas empresas-pólo) e um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD).

É importante mostrar como era constituído e o que representava o Sistema TELEBRÁS em termos econômicos para o país, antes de entrar nos detalhes da privatização.

QUADRO 2: Os números do Sistema TELEBRÁS até a privatização

A *holding* TELEBRÁS controlava 27 operadoras estaduais da telefonia fixa, 26 operadoras de telefonia celular e uma operadora de longa distância – EMBRATEL. Era a maior empresa de telefonia da América Latina; o lucro líquido da empresa em 1997 foi de US\$ 3,9 bilhões, perdendo apenas para a AT&T (EUA); as empresas do Sistema TELEBRÁS operavam 16,8 milhões de telefones fixos, 4,4 milhões de telefones celulares e 484 mil telefones públicos; a União detinha 50,04% do seu capital votante, os 49,96% restantes pertenciam a outros; do capital total, a União detinha 21,44%, estrangeiros 40% e outros 38,55%.

Fonte: TELEBRASIL, (1998)

Na década de 80, nesse setor de telecomunicações, houve uma queda dos investimentos, num momento em que a indústria passava em nível mundial por uma grande transformação, levando o setor a uma situação restrita, em termos de qualidade e amplitude

dos serviços. Os problemas que afetaram os usuários pela carência de investimentos, segundo PASTORIZA (1996), são:

- a) a baixa qualidade dos serviços e alta de congestionamentos;
- b) a pequena dimensão da rede telefônica e a existência de muitas localidades não atendidas;
- c) o alto custo dos terminais;
- d) o longo prazo de espera para instalação das linhas; e) a oferta insuficiente de serviços de valor adicionado.

O sistema TELEBRÁS, até 1998, operava 94% dos terminais em serviços do país e 100% dos troncos de comunicação interurbana e internacional, os 6% dos terminais restantes são operados pelas empresas independentes. A planta telefônica em 1992 era a 12 em nível mundial em termos absolutos e, em 1995, o número de terminais instalados era de 13,3 milhões. Mesmo com esse crescimento da planta, a taxa de crescimento da rede foi insatisfatória. Isto demonstra a baixa densidade telefônica, a insuficiência e as irregularidades de investimentos, além de um precário sistema de investimentos.

Segundo PASTORIZA (1997, p. 53):

Apesar do baixo crescimento da rede telefônica, há uma significativa desigualdade entre os Estados, o que reflete os desequilíbrios encontrados em nível regional e de distribuição de renda. Um outro fator que contribui para essa desigualdade é o alto custo de instalação, ou seja, o preço de compra da linha. Em relação ao segmento de valor adicionado, principalmente o de transmissão de dados, além das restrições de oferta, os preços praticados eram extremamente altos. Para expandir esse serviço era preciso elevar a digitalização da rede.

O Sistema TELEBRÁS possuía quatro fontes de financiamentos de seus investimentos: a geração própria, os recursos captados junto a terceiros (empréstimos no mercado financeiro nacional e internacional), o auto financiamento (assinantes) e os recursos fiscais. Mesmo com esta diversidade de fontes, os recursos não permitiam o aumento de investimentos como, por exemplo, na telefonia celular. A telefonia celular - um serviço que estava em sua fase inicial de implantação —enfrentava dificuldade de expandir a oferta de serviços devido a falta de recursos financeiros para investimentos do Sistema TELEBRÁS.

No contexto das telecomunicações brasileiras, existiam subsídios cruzados. No processo de desenvolvimento foram esgotando esses subsídios, em função de não conseguirem gerar recursos para cobrir os custos, onde os serviços de valor adicionado e de longa distância —

principais fontes de receitas do modelo de subsídios cruzados - tivessem seus preços ameaçados pelo aumento da concorrência internacional. O que resultou em uma redução da receita e da geração operacional do sistema e, conseqüentemente, de seu potencial de investimento.

Diante deste quadro, o setor público de telecomunicações, que até 1996 era detentor do monopólio das telecomunicações, não apresentava condições para superar o déficit na infraestrutura e também por não possuir uma situação favorável para atender à crescente demanda por novos serviços. Estava, assim, decretada a falência do SNT e as condições para a privatização que se mostrava politicamente bem articulada nesse e em outros setores governamentais.

4.2 O Processo de Privatização do Sistema de Telecomunicações

A privatização inseriu-se numa estratégia na qual capitais privados, independentemente de origem, passaram a substituir o Estado na produção de bens e serviços, em regime de concorrência. A retirada da atuação direta do Estado antecedeu ao processo de privatização das telecomunicações. Numa primeira fase foram privatizadas oito empresas de siderurgia (incluindo Volta Redonda), 15 de fertilizantes, 27 de petroquímica e uma de mineração (a CVRD), também duas de energia (incluindo a LIGHT) e cinco ferrovias.

O governo brasileiro realiza a reforma das telecomunicações procurando tornar a empresa mais eficiente num contexto voltado ao crescimento econômico e o desenvolvimento social do país. Com a privatização esperava-se aumentar os investimentos no setor e atender às demandas da sociedade.

Para a elaboração da reforma das telecomunicações, o governo estabeleceu um acordo com a União Internacional de Telecomunicações (UIT) da Organização das Nações Unidas (ONU), objetivando dar suporte ao Ministério das Comunicações, na formulação de uma proposta de lei, na qual a UIT contratou a empresa de consultoria MCKINSEY & Co. para assessorar na elaboração de etapas de implementação necessárias para alcançar o objetivo desejado.

Em 1995, o Congresso Nacional aprovou a emenda constitucional n. 8 encerrando o ciclo do monopólio estatal das telecomunicações, até então, amparado pela Constituição de 1988. Aprovou-se a Lei Mínima n. 9295, que foi sancionada pelo Presidente da República em agosto de 1996. Tal lei abriu caminho para a iniciativa privada e a um órgão regulador, deflagrando o processo da privatização.

Em 1997, criou-se a Lei Geral das Telecomunicações, que tem como objetivos fundamentais explorar os serviços de telecomunicações: organizar os serviços prestados e

reestruturar e desestatizar as empresas federais de telecomunicações, além de criar planos específicos para o setor.

O Plano Geral de Outorgas foi aprovado pelo Presidente da República em 1988. Este plano fixou parâmetros gerais para estabelecer a concorrência no setor de telecomunicações. Define os serviços que serão prestados no regime público e, ainda, fixa regras para concessões futuras. Dispõe também a abertura da concorrência no setor de telecomunicações após a privatização.

O Plano Geral de Metas de Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) estabelece direito ao acesso telefônico para todas as pessoas ou instituições, independente de sua localização ou condição sócio-econômica. O Plano Geral de Metas de Qualidade para Serviço Telefônico Comutado determina as metas de qualidade a serem cumpridas pelas prestadoras do STFC, destinadas ao uso público geral. Essas metas fiscalizam a qualidade expressa na oferta de serviço. Conforme o Quadro 3, observa-se a organização jurídica das telecomunicações.

QUADRO 3: Organização das Telecomunicações

Lei Geral de Telecomunicações: n. 9472, de 16.07.97	Dá os princípios fundamentais para a exploração; cria o órgão regulador; organiza os serviços, as redes, o espectro e as órbitas para telecomunicações; reestrutura e desestatiza as empresas federais de TCs. A Lei n. 9691, de 22.07.98, altera os valores da taxa de fiscalização da instalação de estação.
Lei Específica (Mínima)	Organiza o serviço móvel celular, serviço limitado, serviço de transporte de sinais de telecomunicações por satélite e os serviços de valor adicionado.
Plano Geral de Outorgas* Decreto n. 2534, de 02.04.98	Relaciona o objeto da concessão (modalidade e área de prestação) e a prestadora respectiva. São modalidades do serviço: nacional, local, intra e inter-regional, e internacional. Área de prestação define a região geográfica e setores.
Plano Geral de Metas de Universalização(*): Decreto.n. 2592, de 18.05.98	Define para certas datas a quantidade de acessos telefônicos instalados e de uso público em cada Estado. Os contratos de concessão de cada operadora detalham essas metas. Em agosto de 1988 foram celebrados "Protocolos de Compromisso" com metas de expansão e de qualidade até dezembro de 1999.
Plano Geral de Metas de Qualidade para Serviço Telefônico Fixo Comutado (Resolução n. 30, de 20.06.98)	Para certas datas específicas, índices de obtenção de tom discar, solicitação de reparos, de mudança de endereços; de atendimento ao cliente, de qualidade de telefone público e outros índices.
Regulamentos	Regulamento de Contratações das ANATEL (Resolução n. 5, de 15.01.98); regulamento geral de interconexão (Resolução n. 40, de 23.07.98).
Contratos de Concessão (Resolução n. 216-27.05.98)	Para a prestação do serviço telefônico fixo comutado nas modalidades local, nacional e internacional.

Fonte: TELEBRASIL, set/out. 1998.

Observações: *proposto pela ANATEL e aprovado pelo Presidente da República; aplica-se ao serviço de interesse coletivo, testado em regime público (telefonia fixa comutada).

Além da quebra do monopólio no final de 1995, o Ministério das Comunicações criou o planejamento setorial PASTE (Programa de Recuperação e de Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal). Com o objetivo da orientação do público interno — operadores e fornecedores do setor, para comprovar as intenções concretas do Governo no mercado de capitais, Consultores externos se atarefaram juntamente com técnicos das telecomunicações, para adaptar o modelo da privatização, implantado em outros países às condições brasileiras.

A Lei Específica — nomenclatura do governo atribuída para a Lei Mínima, contém normas regulamentares, viabilizando a introdução do setor privado na telefonia celular, na transmissão por satélites e em serviços de valor adicionado. Foi através desta lei que aconteceu a concessão para a exploração dos serviços de telefonia celular — Banda B.

A Lei Mínima em relação à telefonia celular, declarou que nos três primeiros anos as concessões para exploração deste segmento de telefonia passariam para empresas nacionais que tivessem pelo menos 51% do capital votante pertencente, mesmo que indiretamente a brasileiros, ou seja, o limite de capital estrangeiro era de 49% e de 83% no capital total.

Em relação às áreas de concessão para telefonia celular privada, o país foi dividido em áreas, na qual seis no Sul e Sudeste e quatro no restante do país. Cada empresa privada operaria em até em duas áreas: uma na região Sul ou Sudeste e outra nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste. Um dos mais importantes aspectos da configuração do novo refere-se à divisão do país em dez áreas de concessão da Banda B.

QUADRO 4: Áreas de Concessão da Banda B

ÁREA	Telefone Fixo (% em relação ao país)	Área (% em relação ao país)	PIB (% em relação ao país)	POP (% em relação ao país)	Valor mínimo da concessão (R\$ mil)
Grande SP	19,3	0,1	18,2	11,6	600
SP interior	17,1	2,7	17,4	11,7	600
RJ e ES	14,7	1,1	14,6	10,8	500
MG	10,4	6,8	12,5	10,8	400
PR e SC	8,9	3,5	9,1	8,9	330
RS	6,3	3,3	6,6	8,2	330
DF, GO, TO, MS, MT, RO,	8,5	26,7	6,3	8,1	270
AM, PR, AP, PA e MA	3,4	41,3	4,0	6,8	200
BA e SE	4,2	6,9	4,9	9,1	230
PE, CE, RN, PB, AL	7,2	7,5	6,5	16,5	230

FONTE: IPEA

Com o objetivo de elaborar uma estrutura para o setor de telecomunicações, que mostrasse uma melhor oportunidade de se alcançar as metas pré-estabelecidas pelo governo.

QUADRO 5: Os cenários elaborados para a reforma das telecomunicações

CENÁRIO	SERVIÇO LOCAL	SERVIÇOS DE LONGA DISTÂNCIA	TIPO DE EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO POR OPERADORA
Divisão da TELEBRÁS em cinco companhias, mais EMBRATEL, e permitida a entrada de apenas uma nova operadora por região	Operadora local e novos entrantes	EMBRATEL e novos entrantes	Operadora local e novos entrantes: local, intra-anuf* e intraestadual. EMBRATEL e novos entrantes: interestadual/intra-regional, inter-regional e internacional.
Divisão da TELEBRÁS, em três a cinco companhias, mais EMBRATEL seria limitada a participação de novos	EMBRATEL e novos entrantes	EMBRATEL e novos entrantes	Operadora local e novos entrantes: local, intra-anuf e intraestadual. Embratel e novos entrantes: interestadual/intra-regional, inter-regional e internacional
Divisão da TELEBRÁS, em três a cinco companhias, mais EMBRATEL. Permitida entrada de apenas um novo participante por região, com obrigações similares às <i>incumbents</i> **	EMBRATEL e novos entrantes	EMBRATEL, operadora local e novos entrantes	Operadora local e novos entrantes: local, intra-anuf, intraestadual, interestadual/intra-regional, inter-regional e internacional. EMBRATEL e novos entrantes: intra-anuf, intraestadual, interestadual/intra-regional, inter-regional e internacional.
Divisão da TELEBRÁS em três a cinco companhias regionais mais EMBRATEL. Não participação de novos entrantes e não obrigações similares <i>incumbents</i>	EMBRATEL e novos entrantes	EMBRATEL, operadora local e novos entrantes	Operadora local e novos entrantes: local, intra-anuf, intraestadual, interestadual/intra-regional, inter-regional e internacional. EMBRATEL e novos entrantes: intra-anuf, intraestadual, interestadual/intra-regional, inter-regional e internacional.
Divisão da TELEBRÁS em três a cinco companhias regionais mais EMBRATEL. Não limita participação de novos entrantes e obrigações similares <i>incumbents</i> , porém restrições regionais	EMBRATEL e novos entrantes	EMBRATEL, operadora local e novos entrantes	Operadora local e novos entrantes: local, intra-anuf, intraestadual, interestadual/intra-regional, inter-regional e internacional. Embratel e novos entrantes: intra-anuf, intraestadual/intra-regional, inter-regional e internacional
A TELEBRÁS seria dividida em duas companhias nacionais uma seria a Embratel e a outra resultaria da fusão das 27 operadoras estaduais	EMBRATEL, outra operadora e novos entrantes	EMBRATEL, outra operadora e novos entrantes	EMBRATEL, outra operadora e novos entrantes: local, inter-anuf, intraestadual, interestadual / intraregional, inter-regional e internacional.

Fonte: MCKINSEY (1996)

intra-anuf: área de numeração fechada.

incumbents: termo utilizado para referir-se às empresas de telecomunicações existentes antes da reforma.

De acordo com a avaliação dos cenários, o mercado deve ser reestruturado em mais regiões, uma vez que proporcionando mais vantagens entre si, obtém-se mais fontes de investimentos; evita-se o surgimento de uma empresa com poderes desproporcionais, difícil

de regular; eleva-se a base de compradores potenciais; remove-se a restrição regional, e se cria incentivos para a expansão da rede, eliminando assim o cenário 3.

Conclui-se também que limitar o número de concorrentes só faz sentido se forem impostas obrigações aos mesmos, pois quanto mais concorrentes mais investimentos, menor intervenção regulatória, menores os preços oferecidos ao consumidor, descartando-se os cenários 1 e 2.

A distância entre empresas locais e de longa distância deve ser reduzida ao mínimo, pois com limites menores as empresas regionais canalizam adequadamente seus investimentos, permitindo gerar mais receitas. As restrições de serviços deverão ser removidas, uma vez que as *incumbents* cumpram com suas obrigações. Rejeita-se com essa análise o cenário 1A.

Para um novo participante disputar eficazmente, as regras iniciais deve-se estabelecer oportunidades significativas. A experiência internacional tem demonstrado que estabelecimento de concorrência no serviço local é difícil, pois, quanto mais restrições existirem para os novos entrantes, maior será a dificuldade do estabelecimento da concorrência, das restrições entre *incumbents* e dos novos entrantes que escolhem o que faz sentido econômico para si, eliminando uma barreira de entrada. Isso elimina o cenário 2A.

Entretanto, o cenário 2B foi escolhido como a visão estrutural para o setor de telecomunicações brasileiro. O Quadro 6 apresenta como será e qual o tipo de regulamentação para operacionalizar esse cenário.

QUADRO 6: O tipo de regulamentação na escolha do cenário 2B estabelece condições no novo mercado para assegurar um mercado competitivo

Operadoras <i>Incumbents</i>	Os novos Concorrentes
<ul style="list-style-type: none"> —criação de 3 a 5 empresas regionais para fornecer o serviço local e o de longa distância intra-regional. —No início, as novas teles não poderão oferecer o serviço inter-regional e o serviço internacional. —A EMBRATEL fornecerá inicialmente o serviço de longa distância, desde as intra-áreas de numeração fechada até o serviço internacional. —Requerimento de qualidade e expansão serão estabelecidos para as teles e a EMBRATEL. —As teles como a EMBRATEL terão regulação tarifária enquanto não existir concorrência efetiva. —A EMBRATEL poderá oferecer qualquer serviço em todo o país. 	<ul style="list-style-type: none"> —o número de concessão não será limitado. —Os novos concorrentes poderão atuar em qualquer área geográfica que preferirem, sem restrição de regionalização. —Os novos concorrentes não terão obrigações nem serviços, desde local até de longa distância (internacional). —As tarifas dos serviços poderão ser fixadas livremente.

Fonte: MCKINSEY (1996, p.44)

De acordo com o relatório de MCKINSEY (1996), é primordial criar regiões que tenham um forte fluxo de caixa, um potencial de crescimento elevado e uma oportunidade razoável para alcançar resultados positivos em termos de receita estimada por acesso. E também criar regiões que facilitem a privatização e o processo de regulamentação.

Entretanto, as operadoras do Sistema TELEBRÁS (as teles) foram agrupadas em três regiões de valor sócio-econômico equivalentes, e juntamente com a Embratel foram preparadas para a privatização. Foi prevista licitação para empresas-espelho, denominadas assim por apresentarem as novas operadoras destinadas a competir nos mesmos segmentos que as operadoras privatizadas do Sistema TELEBRÁS.

Em 1997, um outro projeto mais amplo foi encaminhado pelo governo ao Congresso, a Lei Geral das Telecomunicações Brasileira n. 9472, que substituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, publicado somente após um longo debate no Congresso Nacional. O projeto engloba um amplo leque de medidas, incluindo a criação de um órgão regulador a Agência Nacional de Telecomunicações —ANATEL.

Definiu-se a modelagem de reestruturação e a estratégia de privatização do Sistema TELEBRÁS e elaborou-se a Lei Geral para a preparação dos serviços. A lei regulou os serviços prestados nos regimes públicos e privados, a organização de redes de telecomunicações (interconexão), o espectro de rádio frequência e o uso de satélites.

Esta Lei dividiu o país em três regiões, onde em cada uma delas, haveria duas operadoras de serviço local e de longa distância nacional e intra-regional, enquanto a EMBRATEL operaria no serviço de longa distância interestadual, intra-regional, internacional e local.

Foram projetadas duas opções, com base em um estudo no qual foram identificados o número de acessos instalados em cada Estado, foi projetado o crescimento da demanda até 2003, sendo analisada a concentração urbana em cada Estado e foi feita a avaliação dos custos potenciais operacionais e de capital por Estado, veja no Quadro 6.

QUADRO 7: Modelo escolhido para o futuro das telecomunicações brasileiras 2B

REGIÃO	ESTADOS	ACESSOS (oferta em milhares)	CONCENTRAÇÃO URBANA	POTENCIAL DE CRESCIMENTO
Região 1	MT, RR, AP, MS, AC, RO, PE, BA, RJ, MG, ES	1.819	54	2,7
Região 2	SE, PI, AL, RN, PB, CE, PE, BA, RJ, MG, ES	4.894	57	8,0
Região 3	SP	5.080	79	6,2
Região 4	PR, SC, RS*Só CTMR	1.312	53	3,8

Fonte: MCKINSEY (1996) e Ministério das Comunicações

Nota: Concentração urbana em município com + de 50.000 habitantes

No cenário 2B os critérios mostram bons padrões de viabilidade econômica e crescimento, exceto no fato de concentrar áreas carentes, no entanto apresentam mais vantagens. Possibilita, ainda, criar companhias regionais internamente homogêneas, mas com mercados potenciais significativamente diferentes e com diferentes vantagens competitivas. Facilita, também, a regulação, tornando o negócio mais atrativo o que facilita a venda das teles (MINICOM e MCKINSEY, 1996, p. 52-53).

Foram usadas algumas premissas para que o processo fosse realizado, destacando-se: a criação de um órgão regulador, que deverá ser instituído antes da privatização; a competição não deverá começar antes da privatização; os leilões que deverão ser realizados em paralelo ao processo de concessão de serviços; as *incumbents* que, nas áreas menos atrativas poderão contar com um período de proteção legal antes da competição para viabilizar a atração de capital privado; e as regulamentações e restrições específicas às *incumbents* que serão removidas quando os objetivos de expansão forem atingidos e a competição estabelecida, segundo MINICOM e MCKINSEY (1996).

O cenário 2B estabelece condições ao novo modelo para assegurar o mercado competitivo. O objetivo básico desse novo modelo é o de criar um ambiente competitivo, onde as teles regionais concessionárias (*incumbents*), a EMBRATEL e os novos entrantes operem e explorem todos os serviços, locais, intra-áreas de numeração fechada, intra-estadual, interestadual, intra-regional, inter-regional e internacional.

QUADRO 8: O novo cenário de competição no novo modelo de telecomunicações

Teles Regionais (concessionárias)	Local, intra-área de numeração fechada (anuf), intra-estadual, intra-regional (interestadual). Em 2004: inter-regional e internacional.
Empresas-espelho (das teles regionais, permissionária)	Local, intra-anuf, intra-estadual, intra-regional (interestadual) Em 2004: inter-regional e internacional.
EMBRATEL	Intra-anuf, intra-estadual, intra-regional (interestadual), inter-regional, internacional. Em 2004: local
Empresa espelho da EMBRATEL (permissionária)	Intra-anuf, intra-estadual, intra-regional (interestadual), inter-regional, internacional. Em 2004: local
Novos entrantes	Em 2002 poderão operar qualquer serviço.
Competição Plena (após 2005)	Todas as operadoras podem operar todos os serviços, inclusive na região ou área de outro.
Período de Transição entre o regime monopolista e o regime competitivo	Teles: local, intra-anuf, intra-estadual com extensão para intra-regional (interestadual); EMBRATEL: internacional, inter-regional, intra-regional (interestadual) com extensão para intra-estadual e intra-anuf; Empresa espelho: (uma por região): local, intra-anuf, intra-estadual, inter-estadual e intra-regional; Empresa espelho da EMBRATEL: internacional, inter-regional, inter-estadual (intra-regional), intra-anuf; Novos entrantes: local.

Fonte: Revista Telebrasil (set/out-98. p.08)
Intra-anuf - intra área de numeração fechada.

Foi decidido que a TELEBRÁS seria dividida em três *holdings* regionais, mais a EMBRATEL, e criou-se outra empresa para operar o serviço celular da banda A, desmembrando-as das *holdings* regionais. O novo modelo foi definido por área de atuação e por tipo de serviço (telefonia local, longa distância, internacional e celular) logo, criou-se três *holdings* regionais (*incumbents*) e se abriu uma concessão em cada região para uma empresa-espelho, mantendo-se a EMBRATEL e abrindo uma concessão de empresa-espelho para prestar os serviços inter-regionais e internacional.

QUADRO 9: O novo modelo das Telecomunicações brasileiras de telefonia fixa

Regiões e Áreas de Concessões	Holdings Regionais (Incumbents)	Empresas-Espelho Concessionárias	Tipos de Serviços da Operadora
Região I: RJ, MG, ES, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI, MA, PA, AP, AM, RR	Tele Norte Leste Participações S/A	Consórcio Canbrá	Local, intra-área numeração, intra-estadual, intra-regional
Região II: DF, GO, MT, AC, MS, PR, SC, mais CTMR	Tele Centro Sul Participações S/A	Global Village	Local, intra-área numeração, intra-estadual, interestadual, intra-regional
Região III: SP	Telesp Participações S/A	em licitação	Local, intra-área numeração, intra-estadual, interestadual, intra-regional
Outras Operadoras: —cidades de GO e MG; —RS; —Ribeirão Preto/SP; —Londrina/PR	CTBC CRT CETERP S/A SERCOMTEL		Local, intra-área numeração, intra-estadual, interestadual, intra-regional
Região IV: nacional / internacional	EMBRATEL	INTELIG (antiga Bonari)	Inter-regional, internacional

Fonte: Gazeta Mercantil, 12 de novembro de 1998.

A telefonia celular foi dividida em nove áreas de concessão da banda A e dez da banda B. No Estado de São Paulo, criou-se uma única concessão para banda A, e na banda B foram criadas duas: uma de São Paulo capital, na região metropolitana e outra de São Paulo interior. Veja o Quadro 10.

QUADRO 10: O novo modelo de telefonia celular

Área de Concessão Celular	Banda A Operadora incumbents	Consórcio ou empresa líder	Banda B	Tipo de Serviço
Área 1: São Paulo (Capital)	---	---	BCP	celular
Área 2: São Paulo (interior)	Telesp Celular Participações S/A	Telecom (Portugal)	TESS S/A	celular
Área 3: Rio de Janeiro e Espírito Santo	Tele Sudeste Celular Participações S/A	Telefónica (Espanha)	ALGAR	celular
Área 4: Minas Gerais	Telemig Celular Participações S/A	Telpar	Maxitel S/A	celular
Área 5: Paraná, Santa Catarina e CTMR	Tele Sul Celular Participações S/A	UGB Globo/Bradesco	Global Telecom	celular
Área 6: Rio Grande do Sul	CRT Celular S/A	Telefónica (Espanha)	TELET	celular
Área 7: DF, GO, TO, MS, MT, AC	Tele Centro Oeste Celular Participações S/A	Splice do Brasil	Americel	celular
Área 8: AM, RO, AP, PA e MA	Tele Norte Celular Participações S/A	Telpar	Grupos Splice e Inepar	celular
Área 9: BA e SE	Tele Leste Celular Participações S/A	Iberdrola	Maxitel S/A	celular
Área 10: PI, CE, RN, PB, PE, AL	Tele Nordeste Celular Participações S/A	UGB Globo/Bradesco	BSE	celular
Outras Operadoras: parte GO, MG; RS; Ribeirão Preto/SP e Londrina/PR	CTBC CRT CETERP SERCOMTEL	---	--- --- --- ---	celular celular celular celular

Fonte: Folha de São Paulo, 31 de julho de 1998.

O mercado de duopólio de telecomunicações por tipo de serviço prestado: — na telefonia fixa concorrem as *incumbents* e as empresas-espelho. Na telefonia celular concorrem as teles da banda A e B. Na telefonia de longa distância e internacional concorrem as *incumbents*, as empresas-espelho e a EMBRATEL.

As empresas-espelho terão duopólio até o final do ano 2001 e o consórcio ganhador para explorar o serviço de telefonia será aquele que der maior cobertura de serviço. Embora o modelo estabeleça o regime de duopólio em cada área de concessão, em cada serviço serão eliminadas as fronteiras originais das concessões para introduzir a plena competição. Após um

intervalo de dois anos as novas concessionárias poderão prestar qualquer serviço em qualquer área do mercado brasileiro (por exemplo, a TELESP poderá prestar qualquer serviço sem limitação geográfica, até mesmo na telefonia internacional).

Aceitas todas essas propostas de preparação, a primeira etapa foi a de abertura do sistema de telefonia celular, porque a expectativa girava em torno da privatização da telefonia fixa e da banda A da telefonia celular. Em torno da privatização, um grande percentual da participação de capital estrangeiro surpreendeu na compra das empresas. Não havia limitação alguma, os concorrentes poderiam efetivar a compra total ou parcial, por meio de consórcios.

No Quadro 11, mostram-se os consórcios que disputaram a telefonia fixa, e no quadro 11 os consórcios da telefonia celular, juntamente com o valor das propostas e o ágio sobre o preço mínimo das teles.

QUADRO 11: Os consórcios concorrentes das operadoras da telefonia fixa

Holdings Regionais (Incumbents)	Empresas inscritas data room	Consórcios Concorrentes	Origem Líder	Propostas (RS milhões)	Ágio %
TELESP Participações S/A	Telefonica Espanã, Telecom Itália, BRT Telecom, France Telecom, Sprint Splice, Bell South, Globopar e Bozano Simonsem	Telebrasil Sul Participações Blutel Participações (Telecom Itália 70% e União Globopar/Bradesco 30%)	Espanha	5.783	64,29
			Itália	3.965	12,64
Tele Centro Sul Participações S/A	telefônica, Telecom Itália, BRT Telecom, France Telecom, Splice Portugal Telecom, Bell South, Inepar e Bozano Simonsem	Solpart (Telecom Itália 19,9%, fundos de pensão 19,9%, Banco Opportunity 60,2%)	Itália	2.070	6,15
Tele Norte Leste Participações S/A	telefônica, Telecom Itália, BRTR Telecom, France Telecom, Splice, Portugal Telecom, Globopar e Bozano Simonsem	Telemar (BNDES 25%, fundos de pensão (Previ, Teles, Petrus, Sistel, Funcef) 19,9%, Andrade Gutierrez 1,3%, BB Cia. de Seguros Aliança 5%, BB Brasil veículos 5%, La Fonte 11,3%, Inepar 11,3% e Macal 11,3%)	Brasil	3.434	1,00
EMBRATEL	Telefônica, Telecom Itália, MCI, Splice, BRTR Telecom, Bell South, Eletropaulo, Britch Telecom, Futurel, Inepar e SBC	Startel (MCI 100%) Londgdis (Sprint e fundos de pensão)	USA	2.650	47,22
			USA		

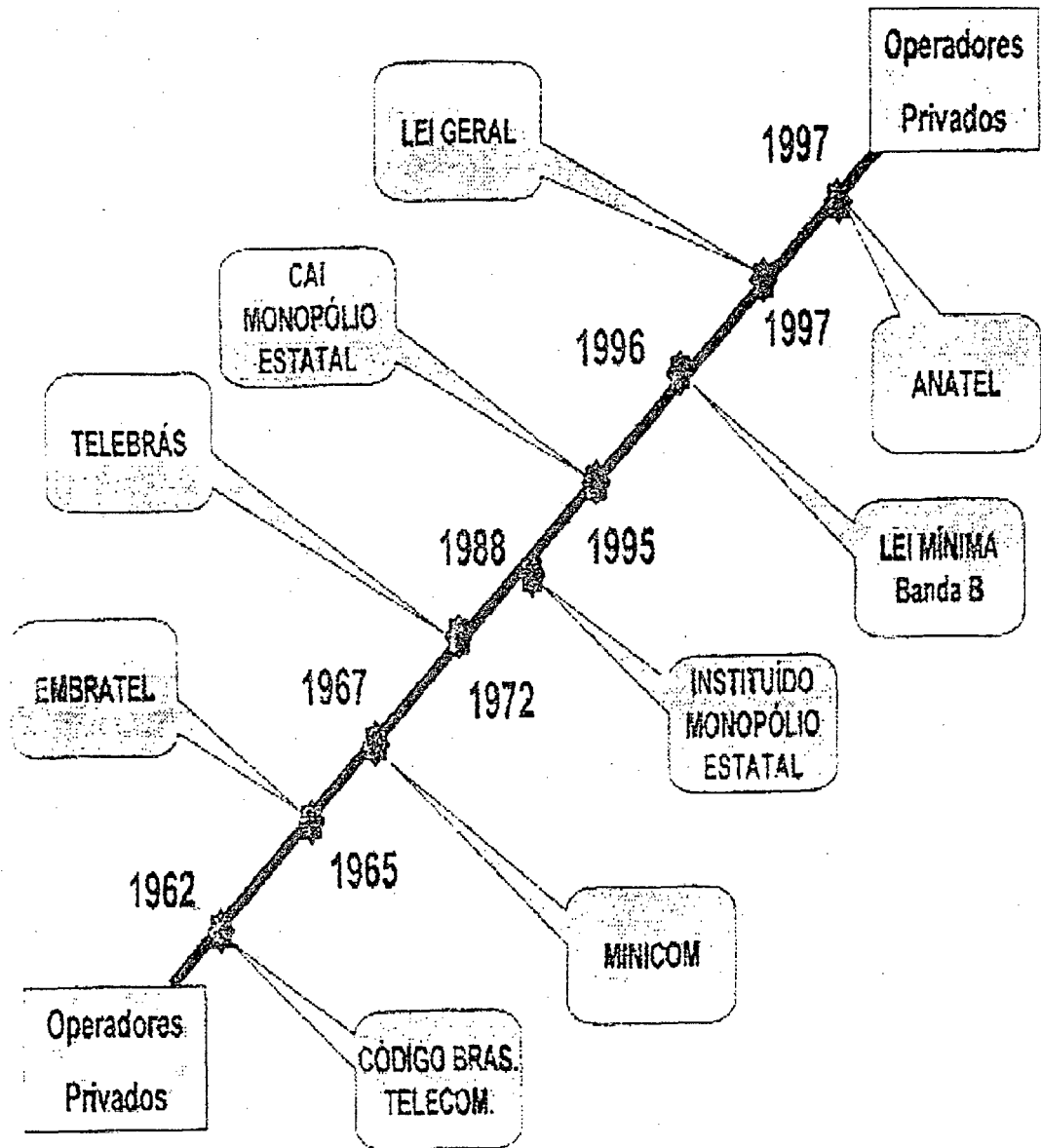
Fonte: Telecom (agosto/1998, p.28).

QUADRO 12: Os consórcios concorrentes das operadoras da telefonia celular

Operadoras Banda A	Consórcios Concorrentes	Origem do Líder	Oferta	Agio %
TELESP celular participações S/A	Portelcom (Portugal Telecom), UGB (Globopar e Bradesco, 50%) e Bitel (Telecom Itália, 50%) TELEPAR (Telesystems 49%, Fundos de Pensão 24% e Banco Opportunity 27%)	Portugal	3.588	226,18
		Brasil/Itália	2.682	143,82
		Canadá	2.682	143,82
Tele Sudeste celular participações S/A	Telefonia da Espanha 79%, Iberdrola 7%, NTT Mobili 8,5%, Itochu 5,5% Telepar UGB 50% e Bitel 50% FTMI do Brasil (France Telecom)	Espanha	1.360	138,6
		USA	1.102	93,33
		Brasil/Itália	1.084	90,18
		França	805	41,23
Telemig celular participações S/A	Telepart (Telesystems 49%, fundos de pensão 24% e Banco Opportunity 27%) Lgthel Bell CanadaInternacional South Western Bell FTMI do Brasil (France Telecom) Vectra (cowan) Telesim (Qualcomm) Argentum (Bozano Simonsen) Air Touch Netherland Casablanc (safra 90%) e Bell South 10%	Canadá	756	228,7
		Brasil	480	108,7
		Canadá	466,5	102,86
		USA	442	92,17
		França	435	89,18
		Brasil	424,3	84,48
		USA	419	82,17
		Brasil	374,9	63
		USA	301	30,87
		Brasil/USA	355,5	54,59
		Tele celular Sul participações S/A	UGB (União Globo Bradesco com 50%) e Bite (Telecom Itália com 50%) Telesim (Qualcom) Companhia Técnica Energia (Alusa 25%), Telemont (30%), Mercosur (Banco Fator, 25%) e Inepar 20% South Western Bell FTMI (France Telecom) Argentum (Bozano Simonsem) Bid (Splice) Air Touch Netherland Vectra (Cowan)	Brasil/Itália
USA/Brasil	548			238,26
Brasil	462			100,87
USA	442			92,17
França	427,08			85,69
Brasil	395,6			72
Brasil	381			65,65
USA	319			38,7
Brasil	333,5			45
Tele Nordeste celular participações S/A	UGB 50% e Bitel 50% Vectra (Cowan) Telepart (Telesystems, Opportunity e fundos) Air Touch Netherland			Brasil/Itália
		Brasil	475	111,11
		Canadá	312	38,67
		USA	306	36
Tele Leste celular participações S/A	Iberdrola Investimentos 62% e Telefônica Internacional 38% Telesim (Qualcomm) Telpart (Telesystems, Opportunity e fundos) FTMI (France Telecom) Bel Canadá Internacional Bid (Spice) Air Touch Netherland Vectra (Cowan)	Espanha	428	242,4
		USA	405	224
		Brasil	261	108,8
		França	255	104
		Canadá	230	84
		Brasil	222	77,6
		USA	161	28,8
Brasil	156,25	25		
Tele Centro Oeste celular participações S/A	FTMI (France Telecom) Bid (Spicel) Telesim (Qualcomm)	França	436	89,57
		Brasil	440	91,3
		USA	322	40
Tele Norte celular participações S/A	Telepart (Telesystems 49%, fundos de pensão 24% e Banco Opportunity 27%) Andrade Gutierrez 21%, BB Cia de Seguros Aliança 10%, Fiago 19, Inepar 20%, BB Brasil veículos 10%, Macal 20%	Canadá	188	
		Brasil	160	

Fonte: TELECOM (agosto/98, p.28).

FIGURA 1: Uma visão geral do processo das Telecomunicações



No ano de 1998, foi divulgado o edital para a privatização do Sistema TELEBRÁS, foi marcado o leilão e as últimas providências para a venda do controle da União sobre as operadoras do Sistema TELEBRÁS. A União vendeu 19,26% do total das teles, e o restante 2,18% das ações preferenciais foram ofertados aos empregados e aposentados do sistema. O restante do capital da empresa já pertencia ao setor privado.

A definição do preço mínimo atribuído foi calculado através da utilização do método do fluxo de caixa, descontado para avaliação final do preço do Sistema TELEBRÁS, incluindo redutores (universalização, queda das tarifas, entrada das novas empresas-espelho) e fatores de ganho (novos serviços, maior tráfego).

As avaliações executadas pelos consórcios Brasilcom e o liderado pela Arthur D. Little, contratados pelo BNDES, referem-se ao valor global das empresas e chegaram a valores próximos; R\$ 70,96 e R\$ 71,15 bilhões de reais respectivamente, significando que a Brasilcom propôs um preço mínimo de R\$ 10,7 bilhões, e o consórcio da Arthur D. Little propôs R\$ 11,28 bilhões.

O preço mínimo fixado pelo governo foi de R\$ 90.940 milhões, 20% acima do valor fixado pelas consultorias estrangeiras contratadas pelo BNDES. Com base neste valor e no percentual de 14,8% do capital da Telebrás, de propriedade do governo federal, é que o preço mínimo do lote de ações foi vendido por R\$ 13,47 bilhões. Anunciaram também as condições de pagamento do leilão: 40% à vista e o restante em dois anos (IGP mais 12% de juros).

Esse método considera fatores que elevam e que reduzem o valor da empresa. Fatores que reduziram os preços de venda foram o impacto da competição e as exigências do novo ambiente regulatório, como a perda de participação do mercado, a redução de tarifas internacionais fixada nos contratos de concessão, os novos custos de comercialização para manter o cliente e o pagamento da concessão a partir de 2005. Os fatores que elevaram o preço de venda foram a demanda não atendida, a perspectiva de crescimento do mercado (volume de tráfego e número de terminais) e novos serviços.

4.3 O Resultado Econômico das Vendas da Privatização

O Sistema Telebrás privatizou as suas 12 empresas no dia 29 de julho de 1998, com um valor arrecadado no fim do leilão de R\$ 22,057 bilhões (um ágio pago de 63,7%), superando as expectativas do ágio de 17% esperados pelo governo. Demonstra-se no quadro 12 o resultado do leilão do sistema.

QUADRO 13: O Resultado da Privatização do Sistema TELEBRÁS

Empresa	Preço Mínimo (em R\$ mi)	Preço Ofertado (em R\$ mi)	Consórcio	Ágio
Telesp participações (fixa)	3.520	5.783	Telefônica de Espanha, Portugal Telecom, Iberdrola, Banco Bilbao e Viscaya	64,28
Tele Centro Sul participações (fixa)	1.950	2.070	Telecom Itália	6,15
Tele Norte Leste participações (fixa)	3.400	3.434	Andrade Gutierrez/Inepar, Sul América Seguros, Funcef, Antônio Dias Leite e Aliança da Bahia	1,00
EMBRATEL participações (fixa)	1.800	2.650	MCI	47,22
Telesp Celular participações	1.100	3.588	Portugal Telecom	226,18
Telemig Celular participações	230	756	Telesystem, Fundos de Pensão e Opportunity	228,70
Tele Sudeste Celular participações	570	1.360	Telefônica de Espanha, Iberdrola, Itochu e NTT	138,60
Tele Celular Sul participações	230	700	Globo, Bradesco e Telecom Itália	204,84
Tele Centro-Oeste Celular participações	230	440	Grupo Beldi (Splice)	91,30
Tele Nordeste Celular participações	225	660	Globo, Bradesco e Telecom Itália	193,83
Tele Norte Celular participações	90	188	Fundos, Opportunity e Telesystem	108,88
Tele Leste Celular participações	125	428,8	Telefônica de Espanha, Iberdrola	242,40
TOTAL DE VENDAS	22.057 bilhões			63,76

Fonte: Internet, Privatização, página publicada em 30.jul.98.

De acordo com o quadro 12, são apresentadas as doze empresas privatizadas, sendo que quatro foram compradas por consórcios de capital externo e nas empresas restantes houve associação entre capital externo e nacional.

Havia uma presença muito grande de países estrangeiros representados pela Telefônica de Espanha, Portugal Telecom e Telecom Itália, nas telecomunicações brasileiras. Os norte-americanos ficaram com a Embratel. O empresariado brasileiro se apresentou no mercado com os grupos Algar, Splice, Inepar, La Fonte, Andrade Gutierrez, União Globo-Bradesco, Rede Brasil Sul, além de outros grupos financeiros e fundos de pensão.

A Telefônica de Espanha fez a maior oferta pela Telesp participações S/A, pagando o maior valor do leilão R\$ 5,783 bilhões, com ágio de 64,29%. A telefônica associada à Iberdrola comprou a Tele Sudeste Celular e a Tele Leste Celular, com o preço de R\$ 1,360 bilhões e R\$ 428,8 bilhões, respectivamente, apresentando um ágio de 138,6% e 242,4%. O

menor preço arrecadado foi a Tele Norte Leste pelo grupo Andrade Gutierrez e Telecom, que comprou a empresa por R\$ 3,434 bilhões, com um ágio de 1%.

Um dos maiores ágios do leilão foi de 226,18% da Portugal Telecom na compra da Telesp Celular participações S/A, pagando R\$ 3,588 bilhões pela aquisição. AMCI Americana adquiriu sozinha a EMBRATEL por R\$ 2,65 bilhões, com ágio de 47,2%.

Em relação aos vencedores nacionais, o Banco Opportunity e os fundos de pensão se destacaram na compra das empresas estatais. Arremataram participações da Telemig Celular e a Tele Norte Celular, compradas pelo consórcio Telepart participações, que pagaram pela primeira R\$ 736 milhões, com ágio de 228,7%, e pela segunda R\$ 188 milhões, atingindo um ágio de 108,8, respectivamente.

A tele Nordeste Celular foi adquirida pelo Consórcio UGB Participações Ltda e Bitel (Itália) por R\$ 660 milhões. A Tele Leste Celular foi comprada pela Iberdrola e Telefônica de Espanha por R\$ 428 milhões com um ágio de 246,4%.

A tele Centro Sul participações S/A foi comprada pelo consórcio Solpart participações S/A, que compõe as empresas Telecom Itália, Banco Opportunity e fundos de pensão, pelo valor de R\$ 2,070 bilhões, com um ágio de 6,15%.

A Tele Celular Sul foi comprada pela Globo, Bradesco e Telecom Itália, pelo valor de R\$ 700 milhões, apresentando um ágio de 204,84%, essas empresas adquiriram o direito de explorar o serviço de telefonia celular.

Conclui-se neste capítulo que para o Governo foram atingidas as metas governamentais, pois as empresas do sistema de telecomunicações foram adquiridas com ágios que ultrapassaram as expectativas dos agentes governamentais.

CAPÍTULO V

A PRIVATIZAÇÃO DA TELESC

Este capítulo tem como objetivo descrever e analisar os aspectos referentes ao processo de privatização da Telesc. Para tanto, na seção 5.1, apresentar-se-á a visão do movimento contra a privatização e a visão da Telesc, em relação à privatização, em seus argumentos contra e pró-privatização. Na seção 5.2, o resultado da privatização da TELESC, valores e novos sócios, bem como os resultados alcançados pela empresa privatizada.

5.1 Debate sobre a Privatização da TELESC

Esta seção tratará de apresentar a privatização da TELESC, demonstrando os argumentos que foram favoráveis e os contra a sua privatização, para tanto subdivide-se cada uma destas etapas, para melhor entendimento e compreensão da temática.

5.1.1 A Argumentação do Movimento contra as Privatizações

De acordo com o boletim do Sindicato, datado de 25 de fevereiro de 2000, o presidente do Sindicato das Telecomunicações – SINTEL, alegou que os sindicatos têm um posicionamento contrário às privatizações, devido às lesões que as privatizações causam às conquistas sociais e históricas, desorganizando as relações trabalhistas.

O Governo Collor, no período entre 1990 a 1992, promoveu uma campanha a favor das privatizações onde foram dadas maiores ênfases às reformas estruturais do Estado. É nesse contexto que uma série de reivindicações são feitas pelos sindicatos. Foram realizadas várias reuniões, movimentos sindicais e supra-partidários dentro dos sindicatos – SINTEL, FITTEL, CUT e Força Sindical e de organizações com segmentos em outras estatais (eletricitários, petroleiros, rodoviários), através das quais se tentou de todas as formas reivindicar sobre o processo de privatização, mas os resultados não foram os esperados.

Somente com o afastamento de Collor do Governo e com a posse do vice-presidente, Itamar Franco, o programa de privatização que passava por um período frágil foi, de certa forma, estagnado.

Nesse período foram suspensos os processos de privatização, mas essa suspensão não foi longa, pois reinicia com a posse do governo Fernando Henrique Cardoso, que adere a uma continuação do processo de privatização, adotado pelos governos anteriores, onde se coloca novamente o assunto das privatizações em alta, e onde ocorre a maior fase das privatizações do setor de telecomunicações.

Os sindicatos fazem uma mobilização muito grande no sentido da manutenção dos direitos do trabalhador. Uma luta constante para que não ocorra redução dos quadros de funcionários com o processo de privatização. Os sindicatos ficam mais atentos às mudanças que acontecerão futuramente, já que não se conseguiu impedir o processo de privatização.

De acordo com o boletim, o sindicato da categoria mostra que elaborou vários modelos sobre a reestruturação da empresa e para enfrentar esta nova fase de reestruturação, os sindicatos criaram modelos, relatórios e também desenvolveram através da Federação dos Sindicatos, um projeto de "lei alternativa". Este projeto, visando reestruturar as teles, foi apresentado na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, pouco antes da aprovação da Lei Geral das Telecomunicações.

O modelo elaborado pelo sindicato mantém a presença do Estado como regulador e cria a quebra do monopólio com a competitividade. O Estado passa a regulador da competição

de preços praticados. Para os sindicalistas, o Estado não precisa vender suas estatais para tornar-se regulador e para conseguir reduzir o seu déficit público.

Uma das formas mais utilizadas para tornar mais rentável e atraente a venda da TELEBRÁS, ocorreu através da divisão das teles por áreas geográficas. Essa divisão foi realizada para assegurar àquelas regiões que possuem uma situação precária, também serem negociadas, evitando que os consórcios optassem somente por empresas localizadas em regiões mais lucrativas. Deste modo, quem quiser obter um bom mercado, tem que levar junto um mercado menos rentável.

Cada empresa privada pode operar em até duas áreas, só que uma na região sul ou sudeste e a outra na região norte, nordeste e centro-oeste. Para os sindicatos, essa divisão não é nenhum pouco favorável, pois não possuem ligações entre si.

Essa divisão de áreas preocupa os sindicatos porque as empresas privatizadas estão elaborando um projeto de economia de escala, que corresponde em aplicar uma redução de custeio ou retirar uma rentabilidade do Acre ou Rondônia, igual a rentabilidade de Santa Catarina. Isto é uma demonstração de desconhecimento do mercado ou da realidade econômica, afirma o sindicato. Este exige que se criem princípios fundamentais para exploração desses serviços, dando maior assistência às empresas que possuem menos capacidade de gerar recursos.

Um dos fatores que deve ser levado em consideração na reestruturação é o fechamento de postos de serviços. Ocorreram algumas surpresas em relação às áreas e à forma com que os postos foram fechados. Acreditava-se que a parte técnica e a parte do atendimento seriam preservadas, pois são partes consideradas importantes; uma é responsável pela manutenção dos equipamentos e a outra pela comercialização dos serviços.

A parte de comercialização e atendimento está sendo operacionalizada pela implantação de um novo plano, o *Call Center*, que é um centro de atendimento via telefone. Através deste serviço, o usuário poderá comprar, vender e reclamar. Isto é uma tentativa de mudança de comportamento do usuário.

Esse atendimento poderá não ser tão vantajoso para o usuário, mas para a empresa vai proporcionar um ganho de escala, reduzirá o custo operacional, não necessitará mais da contratação de uma pessoa qualificada para realizar o atendimento, reduzindo assim o seu custeio, mas para o usuário fica a incerteza do funcionamento correto da empresa.

Outro processo de reestruturação é a criação do plano de demissão incentivada, onde as pessoas que aceitassem esse plano sairiam com uma vantagem a mais, além disso, o mercado de trabalho dentro do segmento estava precário. A justificativa das empresas é que

ocorre o remanejamento de pessoas para outras agências, mas logo em seguida essas agências são ameaçadas e ocorre o fechamento desses postos.

Sobre a internacionalização, a visão dos movimentos contra as privatizações é defender um modelo de autonomia que seja particularmente nacional. Mas isso não ocorreu, a maioria das empresas de telecomunicações foram adquiridas por grupos internacionais. Parece, em primeiro momento, não ser um negócio positivo efetivamente, pois há algumas companhias, como por exemplo, a Telefônica *Espanha* que terceirizam suas atividades.

A grande preocupação refere-se à dispensa de várias pessoas de seus setores, conseqüentemente, ocasionando um elevado número de pessoas desempregadas. O sindicato está procurando impedir o agravamento desta situação, através de uma vedação de vistos de permanência de estrangeiros com a finalidade de impedir que trabalhem nas empresas privatizadas.

O que a sociedade brasileira não pode aceitar é que os estrangeiros, além de possuírem a autonomia do patrimônio público, estejam empregando em postos de trabalho os desempregados de seus países de origem. Além de levarem a receita, estão garantindo, também, trabalho às pessoas de seus países, e aqui no Brasil aumenta o número de desempregados.

A internacionalização tem como objetivo a abertura da economia e o incentivo aos investimentos externos, trazendo para os países em desenvolvimento mais tecnologia e equipamentos. Mas, com essa abertura, segundo o sindicato das Telecomunicações – SINTEL, está prejudicando o mercado nacional, pois as empresas privatizadas estão incentivando os seus países de origem.

Para atrair o capital estrangeiro e garantir a competição no mercado, houve uma redução nas regras estabelecidas pelo Estado, principalmente no realinhamento tarifário.

Hoje, está em polêmica novamente a taxaço dos impostos, que estão sendo considerados elevados pelos administradores das empresas privatizadas, com o objetivo de baixar os preços, para a nova seção do mercado e para aumentar o lucro da empresa, com isto conclui-se que quem sairá ganhando é a empresa.

O Estado ao vender as telecomunicações, não recebe mais nenhuma remuneração sobre elas, a única forma do governo obter alguma arrecadação das empresas privatizadas é através do pagamento dos impostos. Se for aceita essa proposta de redução dos impostos sobre tarifas, o governo além de perder o dinheiro do patrimônio público, também perderá o dinheiro da arrecadação dos impostos. Isso para atender a remuneração do capital da empresa.

Com a entrada das empresas-espelho no mercado, espera-se que se consiga retorno para a população como um todo. É o estabelecimento efetivo da competição, pois essas empresas vão estimular a competitividade do setor, sendo necessário investir em novas tecnologias para acompanhar as mudanças do mercado.

Em relação ao órgão regulador (ANATEL), observa-se que a agência reguladora não teve nenhuma atuação quando ocorreu a implantação das discagens com os números 14, 21, 23 e outros. Nesse momento, ocorreu um blecaute em todo o sistema de telecomunicações, conhecido como *caladão*, igual ao *apagão*, que ocorreu há pouco tempo atrás na central elétrica e afetou todo o Brasil, sem que nenhuma medida punitiva viesse a ocorrer.

Tal fato se opõe ao objetivo de sua implantação pois ocorrem problemas técnicos. Caberá ao órgão regulador, ANATEL, manter permanente fiscalização sobre os serviços das telecomunicações.

O setor das telecomunicações é um segmento extremamente rentável, é um negócio que resulta em uma elevada taxa de retorno. Entretanto, a capacidade de reinvestir e acompanhar os novos avanços que o mercado demande, desde que se cumpra a fiscalização efetiva por parte da ANATEL, no cumprimento das metas.

É dever do órgão garantir que todos os serviços realizados pelas empresas sejam transparentes, possibilitando a opção aos usuários. Não se constatou nenhuma atuação expressiva ou efetiva da ANATEL. Como mostra a mídia, é um modelo dos mais modernos, só que deverá cumprir o seu dever de defender o usuário.

5.1.2 O Processo de Privatização na Visão da TELESC

Na época que a TELESC era estatal, fazia parte do orçamento da União e possuía o objetivo de equilibrar o déficit, segurava as despesas de investimento, havia a presença forte das estatais no equilíbrio das receitas. No entanto, a TELESC contribuía através das receitas e a União assegurava à Telesc as despesas e os investimentos. Conseqüentemente, fechava-se o ano com recursos em caixa.

Existiam limites de investimentos que eram definidos pelo governo federal, isto era uma forma de equilibrar o déficit primário, melhorando as contas do governo. Esse era o motivo pelo qual as estatais não conseguiam colocar telefones à disposição do público, por fazerem parte do orçamento da União. Até possuíam recursos, mas não podiam investir devido ao limite de investimento, isso era um problema. Agora, com a privatização, a União

não intervém nos projetos de investimentos, proporcionando uma vantagem para a empresa privatizada.

Outro problema de uma estatal é o de atender à sociedade, por esse motivo na maioria dos casos não gerava recursos necessários para reinvestir. Também as estatais eram utilizadas como instrumento político. Por exemplo, as escolhas dos seus dirigentes eram definidas pelo poder executivo, havendo sempre uma ligação política.

Com o início do processo de privatização, interromperam-se os limites de investimentos, como também a relação de gestão política. Colocando a empresa numa situação de empresa privada e em regime de competição. A TELESC estava se preparando há algum tempo para essa mudança, mesmo sendo uma estatal, pois era necessário gerar recursos para reinvestir.

A privatização trouxe um volume maior de investimentos, aumentando o volume de terminais de serviços. Do ponto de vista da sociedade, tem-se hoje 15 mil terminais de serviços à disposição da sociedade. Anteriormente, o cliente para adquirir um telefone necessitava de um longo período de espera e participava de um investimento, onde o telefone era considerado uma propriedade, sinônimo de *status*.

Na visão da TELESC, em relação à reestruturação, haveria uma incerteza do que poderia acontecer após a privatização. Sabia que, com a introdução da privatização, o mercado se tornaria mais competitivo.

A TELESC, hoje, pertence ao grupo Tele Centro Sul *holding*, que controla as nove subsidiárias da telefonia. As ações da Tele Centro Sul são controladas pelas empresas: Banco Opportunity, que lidera os fundos de ações e Telecom Itália, operadora de fundos de pensão.

A Tele Centro Sul é uma empresa bastante atuante no ponto de vista de gestão. Por ser uma empresa competitiva, procura otimizar os processos de aquisição. Tem-se um resultado ao comprar 10 centrais, outro ao comprar 100 centrais de serviço, pois a relação de preço é diferente. Então, é vantajoso para uma grande companhia fazer um planejamento, onde um processo de planejamento seja mais centralizado numa estrutura que não é mais independente.

Uma preocupação que atingirá aos novos gestores, que administram a TELESC, será a de procurar entender a necessidade do cliente para suprir todas as suas necessidades, criando meios para que se utilize mais o telefone, conseqüentemente aumentando assim o tráfego de telefones. A empresa de telefonia é somente remunerada pelo investimento feito através do uso dos telefones, neste sentido é preciso conhecer e estimular o cliente a usar mais os serviços telefônicos. O ponto fundamental é conhecer o cliente.

A visão da TELESC sobre a ANATEL é favorável e relevante, pois sua criação ocorre antecedendo o processo de privatização, ditando normas, regulamentos, etc. Nesse setor, a ANATEL elaborou metas principais: como a universalização, voltada a oferecer acesso ao telefone a toda população e serviços de qualidade, a serem oferecidos entre outras exigências com melhor padrão.

Por outro lado, a ANATEL estabeleceu um modelo de atuação das telecomunicações, privilegiando a concorrência atuante das projeções de empresa-espelho. A TELESC vai operar no serviço local, juntamente com outra empresa-espelho (*Global Village*), que prospera na mesma área, tanto de ligações locais como de longa distância, mas que esteja dentro de sua área de concessão. A EMBRATEL juntamente com a INTELIG, realiza ligações em toda região nacional, mas somente nos serviços de longa distância.

Com a privatização tem-se o caso de que as quatro operadoras podem atuar ao mesmo tempo em certas áreas, por exemplo, uma ligação de Florianópolis a Porto Velho, mas, é também de ser uma ligação de longa distância, só que está na área de concessão da Tele Centro Sul. No entanto, irá existir a possibilidade de escolha por efetuar a ligação pela TELESC, Global Village, EMBRATEL e INTELIG proporcionando a concorrência entre as empresas.

A ANATEL mantém uma rigorosa fiscalização sobre os processos que ocorrem na empresa, evitando irregularidades no cumprimento das metas, não admitindo que ocorram acertos entre empresas e não permitindo terem controle sobre as outras áreas de concessão.

Com a introdução das empresas-espelho, tem-se a vantagem do aumento das inovações implantadas nas empresas. O atual momento requer a necessidade de ser inovador, redutor de custos, ser competitivo e oferecer o melhor atendimento e preço aos seus usuários, fazendo com que o cliente seja o maior beneficiado sobre essas mudanças.

5.2 Resultado da TELESC no Âmbito do Programa Nacional de Desestatização

Em 30 de janeiro de 1998, a TELESC realizou uma assembléia geral extraordinária e aprovou a divisão de seu patrimônio, obedecendo às exigências do protocolo de cisão da companhia, resultando na constituição de duas empresas: a TELESC e a Tele Celular, seguindo as determinações do programa de privatização e da divisão de telefonia, para possibilitar a entrada de novas concorrentes no setor.

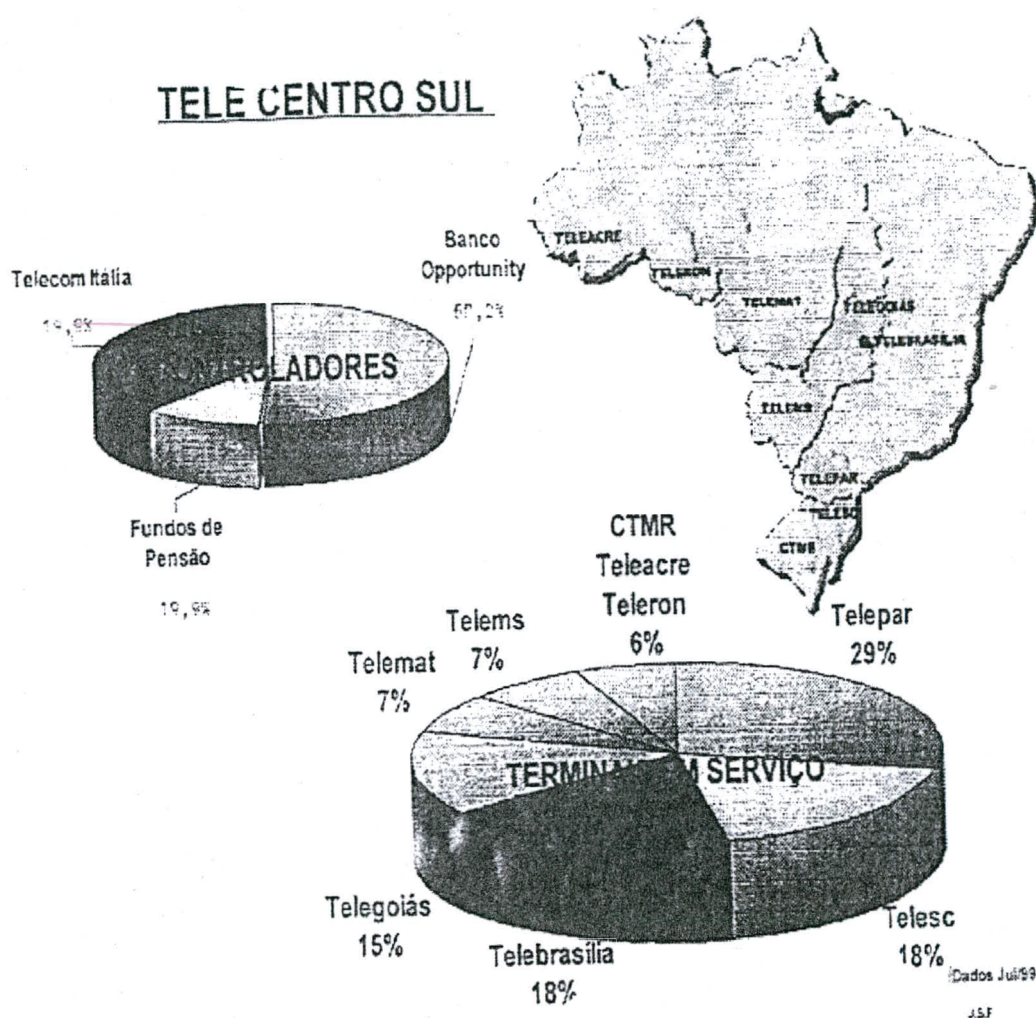
Dividida, a TELESC foi a leilão na bolsa de valores do Rio de Janeiro e privatizada em 29 de julho de 1998. A empresa passou a ser controlada pela Tele Centro Sul participações

S/A, *holding* que engloba nove operadoras estaduais na telefonia fixa (TELESC-SC; TELEPAR-PR; CTMR-RS; TELEGOIÁS-GO; TELEMS-MS; TELEMAT-MT; TELEBRASÍLIA-DF; TELERON-RO e TELEACRE-AC.

O valor arrecadado com a venda da Tele Centro Sul participações S/A foi de R\$ 2.070 bilhões, valor superior ao preço mínimo calculado, que foi de R\$ 1,950 bilhões, atingindo um ágio de 6,15%. Para a telefonia celular Tele Celular Sul participações foi o valor de R\$ 230 milhões e vendida por R\$ 700 milhões, com ágio de 204,4%. Do total estabelecido, R\$ 2.180 bilhões obteve-se R\$ 2.770 bilhões, portanto, 27,06% do ágio global.

Os novos controladores da Tele Centro Sul, correspondente a telefonia fixa, são o Banco Opportunity (Brasil) com 60,2%, Telecom Itália (Itália) com 19,9% e fundos de pensão (Brasil) com 19,9%. Observa-se na figura 2 os controladores, as regiões de atuação e terminais em serviço de cada subsidiária.

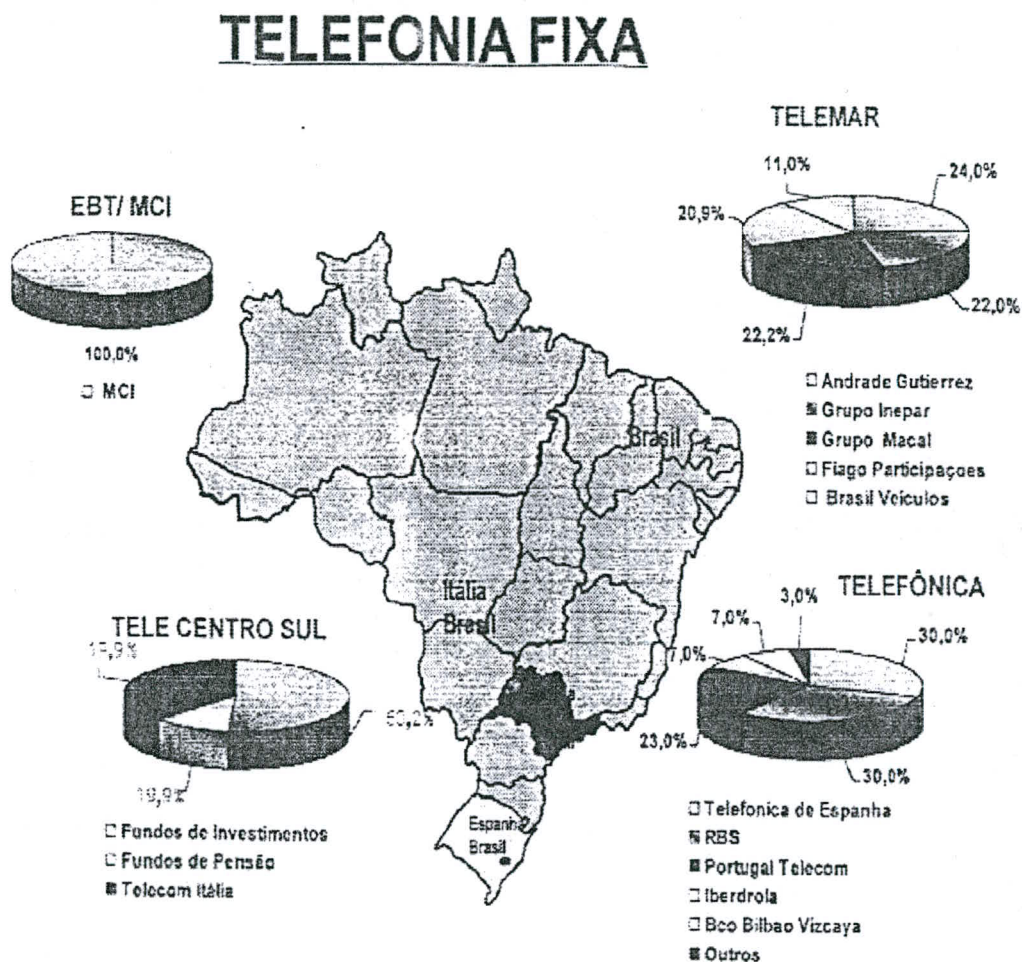
FIGURA 2: Controladores, regiões de atuação e subsidiárias.



Fonte: Relatório Administrativo da Telesc. 1998

A participação de sócios estrangeiros na aquisição da TELESC, através da Telecom Itália não é diferente da aquisição de ações por compradores forâneos de outras companhias de telefonia no país. A telefônica, empresa da telefonia fixa de São Paulo tem participação, por exemplo, de sócios estrangeiros, tais como Telefônica de Espanha 30%, Portugal Telecom 23% e banco Bilbao Viscaya 7%, demonstrada na figura 3.

FIGURA 3: A aquisição de sócios estrangeiros na TELESC



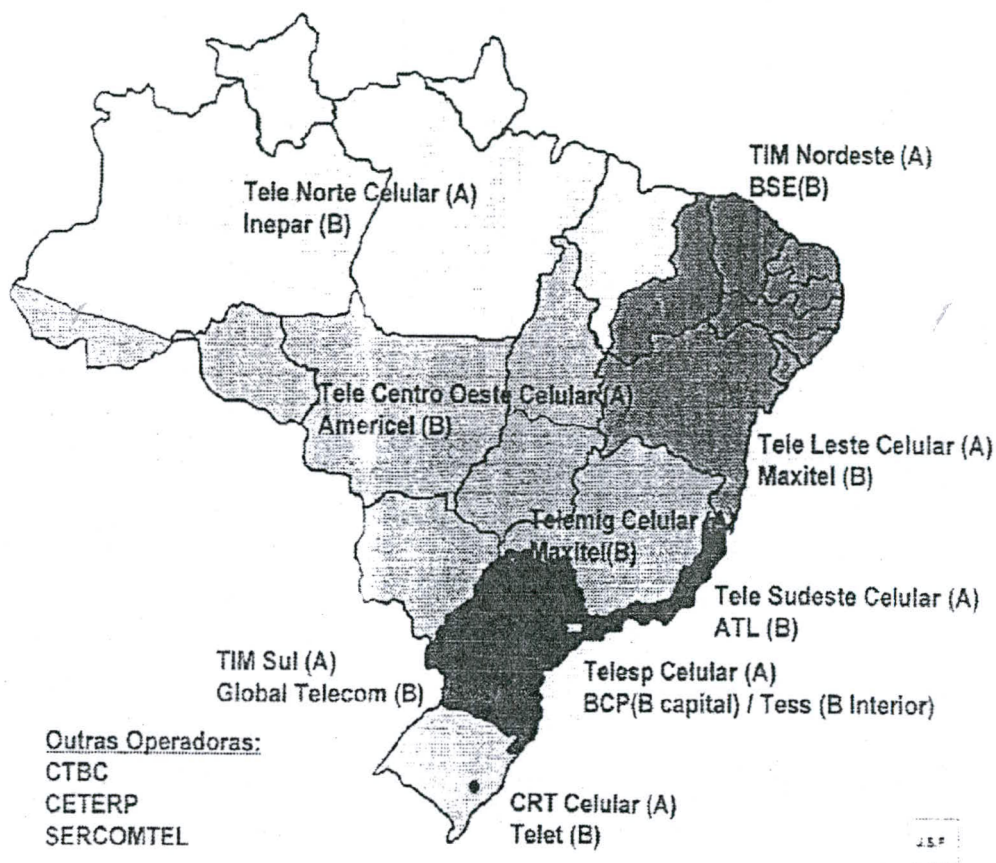
Fonte: Relatório Administrativo da Telesc, 1998.

Enquanto na telefonia celular, as operadoras Tim Sul (telefonia da banda A) e Global TELECOM (telefonia da banda B) foram os ganhadores. Estes compradores atuam na área 5, que compõe as regiões de Santa Catarina e Paraná, demonstrada na figura 4.

FIGURA 4: Operadoras das telefonias celulares

Figura 4

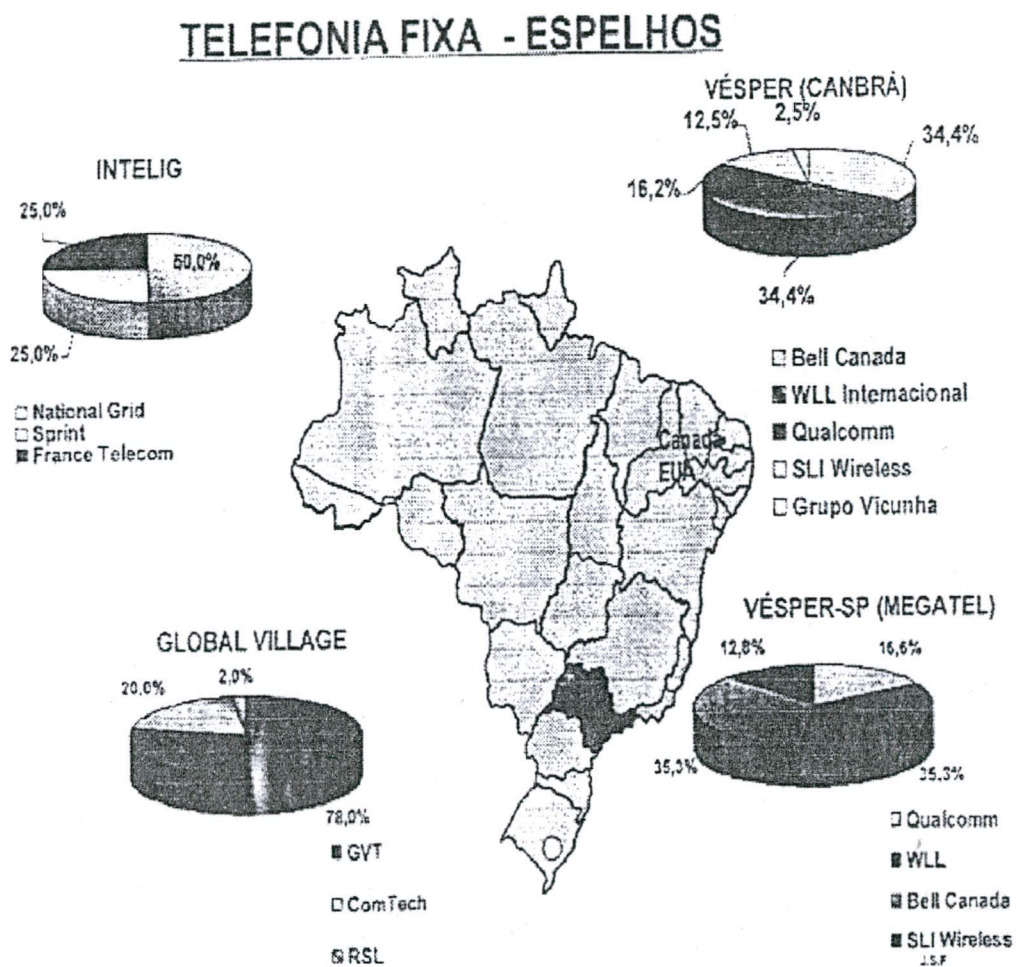
Operadoras Celulares



Fonte: Relatório Administrativo da Telesc, 1998.

Pelas novas regras, serão criadas companhias espelhos para concorrerem com as empresas de telefonia fixa. São novas empresas que irão atuar nas áreas das operadoras fixas do Sistema Telebrás. Disputarão com operadoras *incumbents* nos serviços de telefonia local, inter-estadual, intra-regional e internacional. A empresa-espelho que está atuando juntamente com a Tele Centro Sul é a Global Village. A figura 5 demonstra a telefonia fixa e suas empresas-espelho.

FIGURA 5: Relação entre telefonia fixa e empresas-espelho



Fonte: Relatório Administrativo da Telesc, 1998.

Os resultados, constantes do Relatório Anual da TELESC (1998), agora privatizada, demonstram-se nos novos valores. Isto pode ser dito como resultado da reestruturação implantada sob a direção dos novos controladores. Vejamos: em 1998 a empresa obteve um lucro líquido de R\$ 71,1 milhões, ou seja, 22% superior ao ano de 1997. Apresentou, ainda,

uma receita operacional de R\$ 625,6 milhões, quase 12% maior que o período anterior. Este quadro deu-se devido ao aumento da receita com serviços de telefonia local, que chegou a R\$ 275 milhões, 25,2% superior a 1997. O patrimônio líquido é um outro indicador que atingiu R\$ 1,157 bilhões, ou seja, sofreu um acréscimo de 21,5%, no entanto as despesas operacionais aumentaram apenas 13%.

Conforme dados do Relatório Anual da TELESC (2000), a empresa ultrapassou a expectativa inicial de instalar 140 mil terminais e ativou quase 168 mil novas linhas no Estado, o que mostrou um recorde histórico da empresa. O número de terminais fixos em Santa Catarina passou para 772 mil, cerca de 20% a mais que 1999.

A TELESC encerrou o ano de 2000 com 89,3 de sua planta digitalizada, um índice superior ao verificado em muitas outras regiões do país. Em relação aos terminais fixos, instalou 772,407, praticamente um quinto a mais que o ano anterior. A densidade telefônica em Santa Catarina registra 15,3 terminais instalados por 100 habitantes em telefonia fixa, segundo dados do relatório anual da TELESC, 2000.

Verifica-se, no quadro 13, um conjunto de metas da ANATEL a serem cumpridas pela TELESC com seus respectivos valores de realização até o final de 2000.

QUADRO 14: Conjunto de metas estabelecidas pela ANATEL para a TELESC no ano de 2000

UNIVERSALIZAÇÃO				
1	Quantidade de telefones uso público (TUP) em serviço na área de concessão	acessos	17.514	15.556
	QUALIDADE		Meta	Realiz
2	Solicitação de reparos por 100 acessos	%	2,80	3,30
3	Solicitação de reparos de telefones de uso público para 100 telefones em serviço	%	19,00	21,80
4	n. de contas com reclamação de erro em cada 1000 contas emitidas	Recl./1000	3,00	3,90
5	Taxa de obtenção de sinal de discar com tempo máximo de espera de 03 segundos, período matutino	%	98,40	100,00
6	Taxa de obtenção de sinal de discar com tempo máximo de espera de 03 segundos, período vespertino	%	98,40	100,00
7	Taxa de obtenção de sinal de discar com tempo máximo de espera de 03 segundos, período noturno	%	98,40	100,00
8	Taxa de chamadas locais originadas e completadas no período matutino	%	63,00	64,70
9	Taxa de chamadas locais originadas e completadas no período vespertino	%	63,00	64,70
10	Taxa de chamadas locais originadas e completadas no período noturno	%	63,00	56,10
11	Taxa de chamadas de longa distância nacional, originada e completada no período matutino	%	61,00	64,10
12	Taxa de chamadas de longa distância nacional, originada e completada no período vespertino.	%	61,00	64,10
13	Taxa de chamadas de longa distância nacional, originada e completada no período noturno	%	61,00	54,40
14	Taxa de digitalização da rede local	%	89,00	89,30
15	Taxa de chamadas completadas para serviço com atendimento por telefone até 10 segundos/matutino	%	88,50	96,00
16	Taxa de chamadas completadas para serviço com atendimento por telefone até 10 segundos/vespertino	%	88,50	97,90
17	Taxa de chamadas completadas para serviço com atendimento por telefone até 10 segundos/noturno	%	88,50	98,50
DEMANDA				
18	Quantidade de acessos fixos comutados instalados	acessos mil	783,57	772,41
19	Quantidade de acessos fixos comutados em serviço	acessos mil	682,21	687,95
20	Total de habitantes na área de concessão	acessos mil	5057,43	5057,43
TRÁFEGO				
21	Pulsos registrados nos contadores de assinantes	pulsos mil	129.558	168.989
22	Minutos tarifados nacionais	minutos mil	108.691	125.185
RECURSOS HUMANOS – OPERAÇÃO/MANUTENÇÃO				
23	Pessoal empregado na operação e manutenção em rede externa	empregados	348	322
24	Pessoal empregado na operação e manutenção dos equipamentos de comutação	empregados	111	96
25	Pessoal empregado na operação e manutenção dos equipamentos de transmissão	empregados	116	175
RECURSOS HUMANOS – ATENDIMENTO AO USUÁRIO				
26	Pessoal empregado no atendimento por telefone ao usuário	empregados	667	787
27	Pessoal empregado no atendimento em loja comercial	empregados	nenhum	nenhum
RECURSOS HUMANOS – ADMINISTRAÇÃO DE R.H.				
28	Pessoal total	empregados	1.242	1.380

Fonte: Relatório anual de diretoria, 2000.

No que diz respeito às suas metas e realizações para o ano de 2000, conforme o quadro 13, a TELESC obteve desempenhos positivos e negativos. Em relação ao desempenho

positivo destacam-se a quantidade de acessos fixos comutados instalados, conseguindo atingir os números propostos pela ANATEL de 783,57 mil para 772,41 mil.

No tráfego a empresa apresentou 168,989 pulsos registrados nos contadores de assinantes e 125,185 minutos tarifários a nível nacional, número superior ao proposto pela ANATEL, respectivamente em 129,558 pulsos/mil e 108,691 minutos/mil.

Assim, como ocorreu o cumprimento da meta estabelecida pela ANATEL, no tocante ao número de empregados que atuam em serviços de operação/manutenção em rede externa e na operação/manutenção em rede externa e na operação/manutenção dos equipamentos de transmissão, houve também um aumento de empregados relacionados ao atendimento ao usuário e em lojas comerciais. Da mesma forma, o total de empregados que a empresa TELESC teria que apresentar era de 1242 empregados até o final de 2000, mas a meta atingida foi de 1380 empregados que compõe a empresa.

Por outro lado, teve desempenho negativo em alguns itens: em relação às metas de universalização, que estabelece o direito de acessos a toda pessoa ou instituição ao serviço de telefone fixo, neste caso, a TELESC em dezembro de 2000, após a privatização em 1998, não conseguiu alcançar a meta determinada.

As metas de qualidade, as quais expressam exigências na qualidade de oferta de serviços, obtendo resultados inferiores em duas solicitações, nas taxas de chamadas locais originadas completadas/noturno e a outra na taxa de chamada de longa distância nacional, originadas completadas/noturno.

O quadro 14 apresenta as metas de universalização que a TELESC terá de cumprir até o final do ano de 2001, em relação aos terminais em serviço e telefones públicos instalados.

QUADRO 15: Metas apresentadas pela ANATEL para a TELESC até final de 2001

Terminais Serviço	Número	Variação %	Telefone de uso público	Número	Variação
até 31/12/2000	680.945	-	até 31/12/2000	17.514	-
até 31/12/2001	859.612	26,23	até 31/12/2001	20.255	15,65
até 31/12/2002	961.000	11,79	até 31/12/2002	24.841	22,64
até 31/12/2003	1.067.000	11,03	até 31/12/2003	29.179	17,46

Fonte: Relatório Administrativo da Telesc, Nov/2000

No quadro anterior, observa-se as metas que a ANATEL determinou para a TELESC. Até o final deste ano de 2001, para terminais em serviço é de 859.612 terminais, tendo uma variação de 26,23% em relação ao ano anterior de 2000. Enquanto que para os telefones de uso público, neste mesmo período, é de 20.255 telefones, ocorrendo uma variação de 15,65% em relação a 2000.

Para o ano de 2002, a TELESC tem a meta de atingir 961.000 em relação ao ano de 2001. Em termos de telefones de uso público a meta é alcançar 24.841 telefones públicos, com uma variação de 22,64%.

Os terminais em funcionamento deverão atingir 1.067.000 telefones e um número de 29.179 telefones públicos em uso, em 2003. Assim, em três anos, de dezembro de 2000 a dezembro de 2003, espera-se um crescimento de 56,69% em terminais de serviço e 66,60% em telefones de uso público.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

6.1 Conclusões

Nos anos 90 o Estado brasileiro passa por transformações, com o objetivo de promover a reforma do Estado. Através do Programa Nacional de Desestatização (PND), buscou-se acelerar o processo de privatizar as empresas estatais no Brasil, instaurado em 1981, pela Comissão Especial de Desestatização.

Com o resultado das privatizações das empresas estatais, esperava-se elevar o grau de eficiência e competitividade das empresas e re-equilibrar as finanças públicas, com os recursos provenientes da venda da participação pública no capital das empresas.

O andamento da privatização com o PND, nos governos Collor e Itamar demonstra o alcance desta intenção, na medida em que se verifica que nos anos 80, a maior parte das 38 vendas envolveu empresas de pequeno porte, com um total arrecadado pouco superior a US\$ 700 milhões, sendo as privatizações nesta década, basicamente casos de reprivatizações, enquanto que a partir da criação do PND, inclui-se um maior número de grandes empresas, muitas, estatais desde a sua origem, o que vem a ressaltar ainda mais a importância deste trabalho.

Paralelo à política de privatização, ocorreram a liberalização do comércio exterior e a desregulamentação na economia, tornando o país mais atrativo ao capital estrangeiro.

O processo de privatização, iniciado no governo Collor, no período entre 1990 a 1992, tem sua continuidade no governo de Fernando Henrique Cardoso, que compreende o período de 1995 a 2001. Neste último período, dá-se maior ênfase à privatização, sendo o PND apontado como instrumento principal de reforma do Estado. Vários serviços públicos foram transferidos ao setor privado, como os setores de energia elétrica, transportes ferroviários, petroquímica e telecomunicações.

A necessidade de um re-ordenamento do papel do Estado na economia é tido como um dos motivos deste processo de privatização das estatais brasileiras.

A visão de alguns estudiosos a respeito de que, tornar-se-á impossível prosseguir dentro de um padrão de crescimento no Estado-Empresário, em função basicamente da queda dos níveis de eficiência, bem como dos *déficits* orçamentários do Estado, não procede, pois privatizar não significa necessariamente aumentar a eficiência do mercado, deve-se aumentar a competitividade para se obter um aumento na eficiência do sistema.

Quanto aos *déficits* orçamentários do Estado, bastaria permitir às estatais do setor produtivo estatal a majoração de seus preços/tarifas, a fim de poderem gerar os recursos suficientes e necessários para o financiamento de seus investimentos.

A privatização é hoje, um movimento que está em franca expansão em quase todos os países, fruto do liberalismo econômico, existente no momento atual. Apesar de ter dificuldades em acreditar que exista alguma influência externa, o motivo principal da privatização no Brasil, deve-se ao fato de que os sucessores de Collor, Itamar Franco e depois Fernando Henrique Cardoso também se definirem como *neoliberalistas* (ALMEIDA,1992), ideologia dos praticantes da privatização no exterior.

No Brasil a argumentação utilizada, de que a privatização contribuiria para a redução do *déficit* público do governo foi equivocada, pois para tal, seria necessário ao governo reduzir seus gastos ou aumentar suas receitas correntes.

Apesar do Governo Fernando Henrique Cardoso não ter alcançado seus objetivos de redução da dívida pública brasileira com os recursos oriundos da privatização, observa-se, que ainda hoje, este argumento vêm sendo amplamente utilizado pelo Governo.

O Governo alega também que o processo de privatização contribuirá no sentido de amenizar o ajuste fiscal, requerido pela economia brasileira. Entretanto, constatou-se que a contribuição que a privatização pode dar para o ajuste fiscal não é grande, sozinha ela não poderia de nenhuma maneira substituí-lo nem amenizá-lo.

Atribui-se à ineficiência das empresas estatais o motivo de suas privatizações. Contudo, observou-se que a solução para a ineficiência das empresas estatais passa por um novo modelo de gestão, ou seja, a eficiência dependerá da modernização administrativa destas, e não da mudança de controle, para o setor privado.

Quanto aos benefícios à estrutura industrial nacional, a privatização deixou a desejar, pois o Governo para viabilizar o processo acabou vendendo empresas estatais para concorrentes, clientes ou fornecedores, permitindo a grupos privados, aumentar seu poder de mercado, aumentando a concentração nessas indústrias. Portanto, deixando-se de estimular a competição, reduz-se o incentivo ao ganho de eficiência.

A partir de 1997, a privatização ganha nova dimensão, intensifica-se as privatizações em âmbito estadual, contando com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, mas somente em 1998, o governo realizou a privatização das telecomunicações, alegando estar procurando tornar a empresa voltada a estimular o crescimento econômico e o desenvolvimento social do país.

O governo apresentou grande interesse na quebra do monopólio do Sistema Telebrás, pois, pela expectativa do valor a ser alcançado poder-se-ia obter fundos para cobrir parcialmente o déficit público.

A privatização do setor de telecomunicações gerou uma grande expectativa e polêmica, principalmente em torno da elaboração do preço mínimo de venda do setor. Por sua vez, o Estado não deveria abrir mão de um dos seus maiores patrimônios e colocá-lo na direção de empresas estrangeiras. Com a nova estruturação as empresas ficam expostas a grandes mudanças.

Um assunto de extrema relevância é a preocupação relacionada ao direito do trabalhador, pois com o processo de privatização ocorreu e ocorrerão muitas mudanças direcionadas à empresa de telecomunicações, a TELESC, com a implantação de novas propostas voltadas à redução do custo da empresa, tais como ocorreu com o fechamento de postos de atendimento, postos de serviços, o projeto de demissões incentivada e a introdução de serviços terceirizados.

O que se pode observar é que o Brasil vem seguindo uma tendência mundial: *os ventos liberais*. E que, os resultados do PND até o momento, não trouxeram alterações significativas no desempenho da economia brasileira.

O tema privatização é bastante complexo e carregado de conotações ideológicas e/ou políticas, tratando-se de um tema em voga na atualidade dos países modernos e democráticos, numa tentativa de dizerem-se desenvolvidos, aqueles que tentam se adaptar às correntes

privatistas do mundo neoliberal, onde a cada dia surgem novas exposições sobre o assunto. O que se procurou neste trabalho de dissertação foi contribuir para uma melhor compreensão da de como aconteceram as privatizações no Brasil. O perigo está em querer ser atual, acompanhando os critérios e o que os países desenvolvidos aplicam e não fazer a coisa bem feita, “vendendo” o país desordenadamente como apregoam os partidos de esquerda.

6.2 Recomendações para Trabalhos Futuros

O setor das telecomunicações que despertava, e ainda, desperta grande interesse dos investidores estrangeiros, com a quebra do seu monopólio pelo Estado, que possui as empresas estatais mais rentáveis passaram a aguçar a cobiça dos investidores ávidos por possuir uma parte deste mercado pronto para explodir.

Acompanhar este processo e o das demais empresas estatais privatizadas é uma oportunidade de se fazer um trabalho interessante e rico em questões, tanto políticas, quanto sociais ou econômicas e que fornece muitos argumentos para o desenvolvimento de um bom trabalho.

Tendo em vista que as empresas estatais brasileiras podem ser financiadas, com recursos captados pelo BNDES aos compradores destas estatais, percebe-se que aumentará significativamente a entrada do capital estrangeiro no país, interessado na fatia do mercado brasileiro em que operam as empresas estatais e se depender do governo esta ânsia em se desfazer de todos os seus negócios, a coisa não ficará por aqui. Há algum tempo tenta-se a privatização do ensino, que vem ocorrendo de maneira disfarçada, com o sucateamento das Instituições Federais de Ensino. A privatização da área de energia elétrica também acontece, sem um grande debate público. Os portos, as estradas, aeroportos, e por aí afora. Vale a pena investigar. Trazer para o meio acadêmico o debate e não deixar que somente os políticos ou o Estado agindo por interesse dos políticos e da política vigente trate do problema, sem qualquer participação dos cidadãos e da comunidade.

Assim, sugere-se que nos próximos trabalhos a serem realizados sobre a privatização, faça-se uma análise dos padrões de eficiência e competitividade, alcançados com as privatizações nesses setores, estratégicos para o desenvolvimento nacional.

Só assim, poderemos estar tranquilos, com a sensação do dever de cidadãos cumpridos. Cidadão este que acompanha o que acontece no seu país e participa dessas decisões, seja debatendo ou participando nas melhores propostas eleitorais para a nação. E privatização, certamente, estará entre elas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fernando Galvão de. Mudanças no curso da privatização. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, v. 46, n. 12, p. 37-38, dez. 1992.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. Pragmatismo por Necessidade: Os Rumos da Reforma Econômica no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, 1999, p. 213-334.

BAUMANN, Renato. As privatizações: solução para a crise do Estado? *Revista Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v.22, n. 2, p. 95-103, abr./jun.1994.

BERTHU, George. Estado e privatização. In: *SEMINÁRIO Internacional sobre Estatização ou Privatização*, 1987. Brasília: FUNCEP, 1987, p. 225-246.

BIEDERMANN, Anton Karl, PERINGER, Alfredo Marcolin. A crise do Estado brasileiro e as privatizações: rumos e metamorfoses. *Revista Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 118-131, abr./jun. 1994.

BRAGA, Roberto Saturnino. Mercado não faz desenvolvimento. *Revista Rumos do Desenvolvimento*. Brasília, v. 19, n. 112, p. 16-21, mar./abr. 1995.

BRASIL. Ministério das Comunicações. *Transformando o setor de telecomunicações do Brasil rumo ao Século XXI*. Brasília, nov. 1996.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, nov/98.

BRESSER PEREIRA, Luiz. Carlos. Um novo Estado para a América Latina. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 50, mar. 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique. Nota sobre a Reforma do Estado. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 50, mar. 1998.

CORAZZA, Gentil. O processo de privatização do governo Collor. *Revista Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 92-97, jan./mar. 1990.

DOELLINGER, Carlos Von. Perspectivas da economia brasileira 1994. Rio de Janeiro: IPEA, 1993, 2 v., v. 1: *Reforma financeira e dívida pública: a agenda de política econômica para 1994*.

DUTRA, Joisa Campanher. Retomando o debate "Estatização" versus "Privatização". *Revista Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 104-114, abr./jun.1992.

FARIA, Lauro Vieira de. Privatização e retomada do crescimento econômico. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 39-40, fev. 1993.

- FERREIRA, Oliveiros. Estado e Privatização. In: *Seminário Internacional sobre Estatização ou Privatização*. Brasília: FUNCEP, p. 17-22, nov. 1987.
- FIORI, José Luís. Existe um Estado pós-fordista? Reforma e funções do Estado brasileiro no novo paradigma. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 345-355, jan./jun. 1995.
- FRY, Anthony. Estado e Privatização. In: *Seminário Internacional sobre Estatização ou Privatização*. Brasília: FUNCEP, p. 115-132, nov. 1987.
- MACULAN, Anne Marie. *O Processo decisório no setor de telecomunicações*. Rio de Janeiro, 1981. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – IUPERJ.
- MARCANTONIO, Roberto. Redundâncias e limitações da política brasileira. *Revista Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v.17, n. 1, p. 65-72, jan./mar.1999.
- MELLO, Marina Figueira de. *A privatização no Brasil: análise dos seus fundamentos e experiências internacionais*. São Paulo: FEA/USP, 1992, Tese (Doutorado em Economia).
- MELLO, Marina Figueira de. Privatização e ajuste fiscal no Brasil. *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 445-518, dez. 1994.
- MOREIRA, Neiva. O perigo das privatizações. *Cadernos do Terceiro Mundo*. Porto Alegre, n. 130, p. 60, fev. 1990.
- MOREIRA, Mário. *Progresso técnico e estrutura de mercado: o caso da indústria de tele-equipamentos*. Rio de Janeiro, BNDES, 1989.
- MUNHOZ, Dércio Garcia. *Economia aplicada: técnicas de pesquisa e análise econômica*. Brasília: UnB, 1989, 300 p.
- NASCIMENTO, Belmiro José da Cunha. Por quê as estatais não funcionam? *Revista Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v. 22, n. 4, p. 193-203, out./dez. 1994.
- OLIVEIRA, Carlos Afonso da Silva. Privatização versus estatização: um discurso para reafirmar uma hegemonia. *Revista de Administração Municipal*. Rio de Janeiro, v. 38, n. 198, p. 39-45, jan./mar. 1991.
- PACHECO FILHO, Calino; WINCKLER, Carlos Roberto. Privatizações: a hegemonia neo-liberal. *Revista Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 140-152, abr./jun. 1994.
- PAIVA, Silvia Maria. A privatização no Brasil: breve avaliação e perspectivas. *Revista Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 104-117, abr./jun. 1994.
- PASTORIZA, Florinda Antelo. O setor privado na infra-estrutura brasileira. *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro, n. 5, v. 3, p. 87-104, jun. 1996.
- PASTORIZA, Florinda Antelo. Privatização na Indústria de Telecomunicações: Antecedentes e Lições para o Caso Brasileiro. *Texto para Discussão BNDES*, n. 43 Rio de Janeiro, jul. 1996.

PINHEIRO, Armando Castelar; OLIVEIRA FILHO, L.C. *O programa brasileiro de privatização: notas e conjecturas, perspectiva da administração brasileira*. Brasília: IPEA, 1992.

PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, F. As empresas Estatais e o Programa do Governo Collor. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, ago. 1992.

PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fábio. *Perspectivas da economia brasileira 1994*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. 2 v. v. 1: Privatização: aspectos fiscais e outras considerações.

PINHEIRO, Armando Castelar. A privatização tem jeito. *Texto de Discussão*. Rio de Janeiro, IPEA, n. 338, maio 1994.

PINHEIRO, Armando Castelar. Privatização no Brasil: passado, planos e perspectivas. *Texto de Discussão*. Rio de Janeiro: IPEA, n. 230, ago. 1994.

PRADO, Sérgio. *O processo de privatização no Brasil: a experiência dos anos 1990-1992*. São Paulo: IESP/FUNDAP, 1993, p. 338.

RODRIGUES, Adriano Pires; VIANA, Eduardo da Cunha. Novos rumos para o setor elétrico no Brasil. *Revista Análise Econômica*, v. 10, n. 17, p. 109-115, mar. 1992.

SCHNEIDER, Bem Ross. A política de privatização no Brasil e no México nos anos 80: variações em torno de um tema estatística. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 21-51, jan. 1991.

SOLIMEO, Marcel Domingos. Déficit público e privatização. *Digesto Econômico*. São Paulo, n. 5, p. 29-33, set./out. 1987.

SOUZA, Celina Maria de; PAZ, Raul José. Plano Collor frente a um novo Estado e a uma nova administração pública. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 167-172, jan. 1991 (depoimentos).

TELESC. *Relatório administrativo*. Florianópolis, 2000.

TOURINHO, Otávio A. F; VIANA, Ricardo L. L. Perspectivas da economia brasileira 1994. *Avaliação e agenda do programa nacional de desestatização*. Rio de Janeiro: IPEA, v. 2, n. 1, p. 21-34, ago. 1993.

VIEIRA, Jorge Blascoviski. Tarifas públicas e o financiamento das empresas estatais. *Revista Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 85-92, jul./set. 1989.

WERNECK, Rogério. Aspectos macroeconômicos da privatização no Brasil. *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 277-308, ago. 1989.

WERNECK, Rogério. A privatização no governo Collor: triunfo do liberalismo ou colapso do Estado desenvolvimentista? *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 12, n. 1, p. 5-18, jan./mar. 1992.